UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
***CAMPUS* ARAPIRACA**
UNIDADE EDUCACIONAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ELANE DOS SANTOS

INFÂNCIAS E TERRITÓRIO: MODOS DE VIVER EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AGRESTE ALAGOANO CONTOS DE UMA PESQUISA

PALMEIRA DOS ÍNDIOS
2024

ELANE DOS SANTOS

INFÂNCIAS E TERRITÓRIO: MODOS DE VIVER EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AGRESTE ALAGOANO CONTOS DE UMA PESQUISA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial ao curso de graduação na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas – UFAL para a obtenção do título de Formação em Psicologia.

Orientador: Ms. Raul Santos Brito

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2024

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Biblioteca Setorial Palmeira dos Índios - BSPI

S237i Santos, Elane dos
Infâncias e territórios: modos de viver em comunidade quilombola do agreste alagoano contos de uma pesquisa / Elane dos Santos. – Palmeira dos Índios, 2024.

76 f.

Orientadora: Profa. Me. Raul Santos Brito.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios, 2024.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus* Arapiraca).
Referências: f. 72 - 76.

1. Psicologia. 2. Infância. 3. Quilombolas. 4. Negros – Identidade racial. I. Brito, Raul Santos. II. Título.

CDU 159.9

Bibliotecária responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza
CRB - 4 / 1844

ELANE DOS SANTOS

INFÂNCIAS E TERRITÓRIO: MODOS DE VIVER EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AGRESTE ALAGOANO CONTOS DE UMA PESQUISA

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito parcial para a obtenção do grau de Formação em Psicologia e aprovado em 19 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br
RAUL SANTOS BRITO
Data: 22/04/2024 11:47:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Me. Raul Santos Brito
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Campus Arapiraca - Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br
SAULO LUDERS FERNANDES
Data: 23/04/2024 08:08:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
IP 1º Examinador

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANTONIO CESAR DE HOLANDA SANTOS
Data: 22/04/2024 12:19:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Antonio César de Holanda Santos
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Campus Arapiraca - Unidade Educacional Palmeira dos Índios 2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Este trabalho pode ser compreendido como uma colcha de retalhos, na qual cada pedaço representa o apoio e suporte fornecido por diversas pessoas que contribuíram para minha jornada até este ponto. Em primeiro lugar, é fundamental expressar minha sincera gratidão à comunidade de Poços-do-lunga e seus residentes. O carinho, a confiança e os conhecimentos compartilhados por eles foram fundamentais para enriquecer minha experiência pessoal e acadêmica.

Agradeço imensamente aos diversos apoios que recebi ao longo da trajetória acadêmica. Ao Professor Dr. Saulo Luders Fernandes, sou grata por me abrir espaço em sua esfera de pesquisa, pelo carinho, pela generosidade em compartilhar conhecimento e, sobretudo, pelos ensinamentos preciosos. Além disso, peço desculpas por eventuais momentos de desatenção, reconhecendo sua importância como mentor.

Ao Professor Antonio César de Holanda Santos, expresso minha gratidão pelo cuidado e incentivo em minha formação acadêmica, além de agradecer pelas caronas e mensagens de apoio que foram fundamentais para minha jornada.

À Professora Carol Padilha, agradeço pela dedicação, carinho e apoio constante, além das caronas e dos momentos de cuidado compartilhados.

Ao Professor Raul, meu orientador, manifesto minha profunda gratidão por ter se unido a mim nesta jornada que teve início – de forma despretensiosa – durante uma disciplina e se transformou em uma parceria duradoura. Agradeço, sinceramente, por sempre apoiar minhas ideias, por incutir em mim a determinação necessária para seguir os caminhos que sempre sonhei dentro da universidade, mesmo que para isso tenha sido preciso abraçar um tema no qual não tinha domínio. Não poderia ter desejado um orientador melhor; desde o primeiro momento, sou grata pela confiança depositada em meu trabalho.

Ao grupo de estudo, aos ex-alunos da UFAL e aos supervisores de campo, expresso meu agradecimento pela inspiração e pela contribuição significativa para minha formação e atuação futura. Não poderia deixar de mencionar a importância da equipe de apoio, em especial ao motorista Luciano e a todos os outros servidores, cujos esforços foram essenciais para minha trajetória.

Aos amigos e familiares – verdadeiros pilares nesta jornada –, dedico meu mais sincero reconhecimento. À Nathalia, agradeço pelo cuidado constante, especialmente pelas caminhadas que foram alívio para minha ansiedade; À Bianca, pelo incentivo e pela

companhia cheia de risadas, um exemplo de força e coragem; À Julia, pelos momentos compartilhados e pela troca

de ideias enriquecedoras; À Tuane e seu filho Miguel, minha gratidão pelo acolhimento nos momentos difíceis e por lembrarem-me da beleza da vida; À Shelanny, fontes de alegria, agradeço por fazerem parte da minha jornada. À Raunny, minha fonte de inspiração, sou grata pelo conforto e carinho oferecidos; Ao Jonh, meu porto seguro, externalizo minha gratidão por seu carinho e cuidado; Ao Lucas, agradeço pelo afeto e pela constante presença como suporte nas conversas; Ao Alisson, sou grata pelos abraços reconfortantes, pelos puxões de orelha e pelo apoio incondicional ao longo da graduação; saiba que sua presença fez cada desafio parecer mais leve e sou grata por todos os momentos compartilhados.

Ao Dudu, meu companheiro de jornada, agradeço pela parceria e pelo suporte nos momentos difíceis, pelos momentos de descontração compartilhados à mesa; sua intensidade é um reflexo do quanto nossa amizade é valiosa.

À Danielle, meu profundo agradecimento pelo acolhimento e pelo apoio constante, que tornaram minha trajetória mais leve e significativa. Agradeço, também, à sua mãe, pela generosidade e pelo acolhimento que me fizeram sentir parte da família.

Aos meus familiares, verdadeiros alicerces, externalizo minha gratidão pela dedicação e apoio constantes. À minha mãe – exemplo de dedicação –, agradeço por seu amor incondicional e por ter sempre priorizado minha educação; Ao meu pai, sou grata pelo zelo e pela proteção.

Expresso minha profunda gratidão às minhas irmãs, cujo apoio e dedicação foram fundamentais para tornar esta jornada acadêmica possível. Agradeço sinceramente pela constante disposição em contribuir, por priorizarem meu bem-estar em detrimento de suas próprias necessidades. O cuidado e zelo foram inestimáveis, proporcionando-me não apenas apoio emocional, mas, também, suporte financeiro essencial para prosseguir com meus estudos enquanto residia em Palmeira dos Índios - AL.

Finalmente, agradeço às pessoas que, ao longo desta jornada, tornaram-se importantes suportes em minha vida. Primeiramente, expresso minha profunda gratidão à minha prima Geovana, cuja acolhida em momentos difíceis foi fundamental para minha jornada. Sua presença e apoio foram um conforto inestimável nos momentos de adversidade.

Além disso, não posso deixar de mencionar minha psicóloga, Jaqueline, cuja orientação e apoio foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Seu profissionalismo e compreensão contribuíram significativamente para minha jornada acadêmica e pessoal.

Também expresso minha sincera gratidão à Hanny – minha colega de casa – e seu

namorado Vinícius. Suas presenças e companhias tornaram esta jornada mais leve e alegre. Agradeço por serem meu ponto de acolhimento e por estarem sempre ao meu lado, oferecendo apoio e conforto nos momentos de necessidade.

Enfim, a todos vocês, meu mais profundo agradecimento por fazerem parte desta trajetória e por serem importantes suportes em minha vida.

RESUMO

Este trabalho aborda a infância quilombola, destacando seus modos de socialização e sua importância no contexto da comunidade quilombola Poços-do-lunga. Além disso, esta pesquisa utiliza uma abordagem histórico-social, afastando-se de visões biologicistas. Os resultados são fruto de uma pesquisa realizada na comunidade Poços-do-lunga, em Taquarana - AL, entre 2021 e 2023, com foco nos processos de socialização infantil e suas relações com o território, a cultura e a saúde. Com efeito, o trabalho é embasado na perspectiva afro, valorizando as interações sociais e a produção de conhecimento. Os capítulos abordam temas como a história da infância, os quilombos como espaços de resistência, a relação entre comunidades quilombolas e seus territórios, a cultura quilombola e a vivência da infância. Por fim, ressalta- se a contribuição deste trabalho para ampliação da compreensão das diversas formas pelas quais as crianças podem se engajar socialmente, destacando a comunidade quilombola como um ambiente que valoriza a infância, além de estimular o desenvolvimento de sua consciência crítica, bem como incentivando-as a participar ativamente na construção da resistência.

Palavras-chave: infância quilombola; afro-perspectivismo; territórios quilombolas; relato de experiência.

ABSTRACT

This work addresses quilombola childhood, highlighting their modes of socialization and their importance in the context of the Poço-do-lunga quilombola community. Furthermore, this research uses a historical-social approach, moving away from biological views. The results are the result of research carried out in the Poços-do-lunga community, in Taquarana - AL, between 2021 and 2023, focusing on child socialization processes and their relationships with territory, culture and health. In effect, the work is based on an African perspective, valuing social interactions and the production of knowledge. The chapters cover topics such as the history of childhood, quilombos as spaces of resistance, the relationship between quilombola communities and their territories, quilombola culture and the experience of childhood. Finally, the contribution of this work to expanding the understanding of the different ways in which children can engage socially is highlighted, highlighting the quilombola community as an environment that values childhood, in addition to stimulating the development of their critical consciousness, as well as encouraging them to actively participate in building resistance.

Keywords: quilombola childhood; afro-perspectivism; quilombola territories; experience report.

SUMÁRIO

1	**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**	9
2	**REVISÃO DA INFÂNCIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**	12
2.1	A DESCOBERTA DA INFÂNCIA	12
2.2	TRAJETÓRIA DAS INFÂNCIAS NO BRASIL: UM CONTEXTO MARCADO POR VIOLÊNCIAS	14
2.3	AFRO-PERSPECTIVISMO E A RECONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA	18
3	**QUILOMBOS: RAÍZES DE RESISTÊNCIA E SABER**	20
3.1	QUILOMBO E AQUILOMBAMENTO: UMA DEFINIÇÃO HISTÓRICA E ATUAL	20
3.2	COLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA	21
3.3	DESCOLONIZAÇÃO E CONTRACOLONIALISMO DO SABER QUILOMBOLA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	23
3.4	IDENTIDADE QUILOMBOLA E SUA RESISTÊNCIA CULTURAL	24
4	**TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: UM ESPAÇO PARA UMA NOVA FORMA DE VIVER**	26
4.1	UM GRITO CONTRA A COLONIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: A ARTE DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA	26
4.2	IDENTIDADE E TERRITÓRIO: VÍNCULOS INSEPARÁVEIS NA LUTA QUILOMBOLA	29
4.3	CONEXÃO COM A NATUREZA: A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE NA VIDA QUILOMBOLA	32
4.4	O QUINTAL COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E SABEDORIA COMUNITÁRIA	33
4.5	COSMOVISÃO QUILOMBOLA: HERANÇA ANCESTRAL E PRÁTICAS DE CUIDADO COLETIVO	34
4.6	ORALIDADE: O PODER DA NARRATIVA NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA	36
5	**CULTURA E INFÂNCIA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: ASPECTOS CONTEXTUAIS E PRÁTICAS COTIDIANAS**	39
5.1	COMUNIDADE QUILOMBOLA E A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA	39
5.2	TERRITÓRIO E AFETOS: A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO NA FORMAÇÃO	41

INFANTIL
5.3 CULTURA DE PARES E ORALIDADE: PILARES DA IDENTIDADE INFANTIL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS 41
5.4 AFRO-PERSPECTIVISMO: A CRIANÇA COMO AGENTE CULTURAL E SOCIAL 43
6 **RESULTADOS E DISCUSSÕES** 46
6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA 46
6.2 COMPREENDENDO O TERRITÓRIO EM FOCO 47
6.3 DESCONHECIMENTO E SEGREGAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS 48
6.4 ESTRUTURA DE PODER E RESISTÊNCIAS: DINÂMICAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES 50
6.5 QUILOMBO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE SABER E CUIDADO: FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA 52
6.6 A INFÂNCIA E SEU PAPEL NO TERRITÓRIO: VIVÊNCIAS E DESAFIOS 53
6.7 INFÂNCIA E ESPIRITUALIDADE NO TERREIRO 55
6.8 VIVÊNCIAS DA PESQUISADORA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CAMPO 58
7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 59
REFERÊNCIAS 62

1 **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Este trabalho tem como objetivo compreender a infância quilombola a partir dos modos de socialização que caracterizam o cotidiano da comunidade. Nesse sentido, esses modos desempenham um papel crucial na forma como as crianças se relacionam com o território e a natureza, além de influenciarem na promoção da saúde e no desenvolvimento cultural. Para atingir o objetivo proposto, abordamos a infância como uma categoria histórico-social, afastando-nos de abordagens biologicistas que focam primariamente nos aspectos biológicos e cognitivos das crianças. Assim, essas últimas tendem a retratar as crianças de maneira passiva e dependente, limitando a compreensão da sua verdadeira inserção e papel ativo dentro de suas comunidades.

Nessa perspectiva, entender a infância como categoria histórica e social, sob a concepção afro-perspectivismo, possibilita a compreensão das normas e ideais que estabeleceram seu lugar na sociedade e promoveram as disparidades entre crianças e adultos. Ademais, permite o conhecimento da diversidade da infância, evidenciando como essa categoria é vivenciada de formas diversas conforme a cultura e as condições socioeconômicas dos sujeitos.

Para a realização deste trabalho, além dos aspectos históricos e sociais da infância, realizou-se a análise do diário de campo, registrado durante as vivências da pesquisadora. Em acréscimo, o interesse em trabalhar com crianças quilombolas surgiu do vínculo estabelecido durante a pesquisa, originalmente direcionada aos adultos da comunidade. Durante o processo de pesquisa, houve envolvimento com as crianças enquanto percorriam o território, o que despertou intensa curiosidade sobre como as crianças ocupavam o território quilombola.

Além disso, a apreciação por estudos sobre a descoberta da infância – como uma categoria caracterizada pela submissão ao adulto – contribuiu para a realização deste estudo. Nessa ótica, essa contribuição deu-se visando empoderar as crianças por meio do reconhecimento da infância como uma categoria de atores sociais importantes para a sustentação e transformação da sociedade, bem como para a criação da cultura e das ferramentas de resistência do quilombo.

Dessa maneira, o entendimento de que a comunidade quilombola possui uma perspectiva diferente sobre a infância e o papel de que a criança deve desempenhar na sociedade – enquanto produtora de cultura – deu origem à construção do problema desta pesquisa: quais são os processos de socialização e interação que caracterizam a infância das

crianças quilombolas de modo a considerá-las construtoras sociais de identidade, saberes e resistência?

Para responder a essa pergunta, foi analisado o diário de campo da pesquisadora, além de seus trabalhos produzidos, buscando compreender os processos de socialização infantil em relação ao território, aos adultos, aos conhecimentos e à cultura, que são as formas que caracterizam a infância nesses espaços.

No que concerne ao embasamento teórico, esta pesquisa apoiou-se nos estudos da afro- perspectivismo, como modo de compreender as versões sobre a realidade, enfatizando as interações sociais e os processos de produção de conhecimento, promoção de saúde e de vida cotidiana, sendo, também, espaços de construção de modos de vida infância.

Feitas estas considerações, destacamos que o trabalho se desdobra em cinco seções, cada uma abordando temáticas específicas com o intuito de proporcionar uma visão abrangente e aprofundada sobre a relação entre infância e comunidades quilombolas. Na primeira seção, "Revisão da Infância: uma perspectiva histórica", apresentamos um breve panorama sobre a descoberta da infância enquanto um conceito, que levaria a uma separação entre a vida infantil e a vida adulta. Sob essa mesma ótica, evidenciamos como as infâncias no Brasil, em suas trajetórias, foram marcadas por violências, principalmente com as crianças e negras, mesmo após a abolição da escravidão. Ademais, evidenciamos como o afro-perspectivismo contribui para o entendimento de uma infância contextualizada.

Na segunda seção, "Quilombos: raízes de resistência e saber", exploramos uma reflexão sobre a construção dos termos *quilombo* e o *aquilombamento*, sendo, posteriormente, construída uma apresentação da colonização do conhecimento quilombola, seguida de uma explanação sobre *descolonização* e o *contracolonialismo* do saber quilombola, finalizando-se com a identidade quilombola e resistência.

Em "Territórios quilombolas: um espaço para uma nova forma de viver", terceira seção, oferecemos uma análise profunda sobre a conexão vital entre as comunidades quilombolas e seus territórios. Essa relação é explorada através de diversas dimensões que destacam a interdependência entre a preservação ambiental, a autonomia territorial e a melhoria na qualidade de vida desses grupos. Outrossim, a abordagem é embasada na análise de práticas e saberes tradicionais, fornecendo um olhar detalhado sobre como essas comunidades conseguem sustentar suas culturas e modos de vida através de uma relação equilibrada e respeitosa com o ambiente.

Já na quarta seção, "Cultura e infância nas comunidades quilombolas: aspectos

contextuais e práticas cotidianas", evidenciamos como a produção de saberes das comunidades busca se fazer ausente de uma hierarquização colonial, promovendo, assim, novas formas de vivenciar a vida cotidiana e produzindo um movimento circular de resistência comunitárias.

Na quinta seção, "Resultados e Discussões", apresentamos uma análise abrangente e coerente da interseção entre infância e comunidades quilombolas, oferecendo contribuições significativas para o campo acadêmico e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a essas populações.

Por fim, são apresentadas as Considerações Finais, refletindo sobre os aspectos observados e discorridos durante a elaboração deste trabalho, seguidas das Referências dessa pesquisa.

2 **REVISÃO DA INFÂNCIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

De acordo com Carneiro (2014), ao longo da história, a concepção de infância não permaneceu constante, mas foi, sim, uma construção que se desenvolveu em conjunto com o surgimento da sociedade burguesa. Na era moderna, essa visão da infância foi universalizada, estabelecendo um modelo de criança ideal, frequentemente alinhado aos valores e ideais da classe média.

Feitas essas considerações, destacamos que, nessa seção, apresentamos um breve panorama sobre a descoberta da infância enquanto um conceito, o qual levaria a uma separação entre a vida infantil e a vida adulta. Em seguida, evidenciamos como as infâncias no Brasil, em suas trajetórias, foram marcadas por violências, principalmente com as crianças negras, mesmo após a abolição da escravidão. Por fim, destacamos como o afro-perspectivismo contribui para o entendimento de uma infância contextualizada.

2.1 A DESCOBERTA DA INFÂNCIA

O conceito de *infância* é caracterizado como uma construção moderna, conforme discutido por Sarmento (2004, p. 3 *apud* Carneiro, 2014, p. 320), que destaca que "a ideia de infância é uma ideia moderna". Essa reflexão proposta relaciona-se com a emergência histórica da infância, como observado por Kohan (2003, p. 3 *apud* Carneiro, 2014, p. 318), ao contrastar a percepção contemporânea com a visão medieval na qual não havia uma noção de "infância" distinta, contudo, uma fase breve e vulnerável da vida.

De acordo com Ariès (1981), a concepção contemporânea da infância não existia antes.

Segundo ele,

> [...] a descoberta da infância começou sem dúvida no século XVII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos Séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (Ariès, 1981, p. 65).

Antes dessa visão, a criança não desfrutava de uma liberdade para explorar seu próprio mundo. Dessa maneira, ela não recebia um tratamento especial, mas era vista como uma versão em miniatura de um adulto. Assim que deixava de depender da mãe ou da ama, a criança era prontamente integrada ao universo adulto, assumindo, assim, responsabilidades e tarefas, pois acreditava-se que ela já possuía certo discernimento sobre

si e o mundo ao seu redor. Todavia, isso não significa que as crianças eram negligenciadas ou ignoradas; eram, pois, consideradas como folhas em branco e cabia aos adultos a tarefa de moldar seu caráter e sua compreensão racional, de acordo com os escritos de Caneiro (2014).

Isso mudou com a emergência do "sentimento da infância", conforme observado por Ariès (1981), resultando em novas práticas sociais e familiares que colocavam a criança no centro das atenções, sendo importante

> O século XVII na evolução dos temas da primeira infância. Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns, foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança que se tornou o centro da composição (Ariès, 1981, p. 65).

De acordo com Ferreira e Araújo (2009), em meio a esse processo, observa-se a tendência à nuclearização da família e à sua diferenciação em relação à sociedade em geral. Assim, a família deixa de ser meramente uma instituição que conduz linhagens de parentesco para se tornar uma ferramenta propícia ao desenvolvimento de sentimentos afetuosos entre seus membros, caracterizando o que Ariès (1981) denomina de "família sentimento".

Simultaneamente, a organização do espaço interno da casa passa por uma reestruturação, refletindo uma nova divisão do espaço social. Nesse sentido, o espaço familiar – antes caracterizado pela falta de diferenciação entre seus compartimentos e pela mobilidade dos móveis de acordo com as atividades do grupo – passa a apresentar compartimentos distintos e bem definidos. Da mesma forma, a mistura indistinta entre vida privada, lazer, trabalho e ensino, anteriormente presentes na casa, começa a ser segregada, restando, apenas, a função primordial de espaço privado em seu interior.

As crianças que antes eram consideradas "adultos em miniatura" (Kohan, 2003, p.63 *apud* Carneiro, 2014, p. 319), passando rapidamente da fase de bebês para a de homens e mulheres assim que deixavam de ser tão pequenas, agora são reconhecidas como figuras centrais na família. Nessa ótica, elas passam a conviver mais diretamente com os pais, resultando na necessidade de criar ambientes nos quais as crianças pudessem ser protegidas e, ao mesmo tempo, preparadas para compreender tais questões, como a morte, a sexualidade, etc., antes de serem introduzidas neste "novo mundo".

Além disso, podemos destacar que o contexto do conhecimento predominante em cada período histórico também se manifesta nas concepções da infância na sociedade.

Durante a era medieval – influenciada pela hegemonia da Igreja – as representações infantis estavam centradas em valores morais, retratando a criança como um ser puro que necessitava ser protegido do mundo terreno (Silva, 2015). Com a ascensão da ciência na modernidade, a criança passa a ser percebida como um adulto em processo de formação, compreendida através de estágios de desenvolvimento e considerada sempre em termos de sua incompletude.

Nesse sentido, a dicotomia entre o universo infantil e o adulto resultou em medidas de proteção que culminaram na idealização da "criança-rei", beneficiada por um intenso investimento emocional, ao mesmo tempo em que gerou a figura da "criança-nada", caracterizada pela dependência do adulto e pela impossibilidade de alcançar pleno reconhecimento como sujeito social (Silva, 2015). Nessa ótica, ao estruturar o mundo infantil, os adultos assumiram o controle do ambiente simbólico da criança e determinaram as condições para atingir a idade adulta.

2.2 TRAJETÓRIA DAS INFÂNCIAS NO BRASIL: UM CONTEXTO MARCADO POR VIOLÊNCIAS

É fundamental destacar, desde o princípio, que as crianças e os adolescentes desempenharam e continuam desempenhando um papel crucial na formação socio-histórica do Brasil. Embora por muito tempo tenham sido silenciados ou direcionados para atender aos interesses da elite nacional, seguindo uma ideologia voltada à construção de uma sociedade civilizada, esses indivíduos possuem o potencial para forjar seus próprios caminhos.

Segundo Eurico (2020, p. 47 *apud* Batista, 2023),

> O modo como o Brasil trata a infância e a adolescência revela a cultura de objetificação dessas crianças e adolescentes, que são considerados propriedade dos adultos (Eurico, 2020, p. 47 *apud* Batista, 2023, p. 15).

Em acréscimo, quando abordamos a situação das crianças negras, indígenas e imigrantes, percebemos que a questão assume proporções inimagináveis, indo desde o descaso até a invisibilidade. Assim, observamos uma completa desumanização dos corpos infantis nesse contexto. Essa realidade evidencia a persistência de diversos estigmas, especialmente no que diz respeito aos aspectos étnico-raciais, os quais continuam a impactar profundamente a vida desses grupos.

É sabido que os primeiros registros sobre a infância no Brasil remontam às

atividades dos jesuítas no século XVI, quando esses introduziram um sistema educacional voltado aos povos indígenas (Lins *et al.,* 2014). Esses esforços iniciais refletem a tentativa de moldar a infância de acordo com valores e normas específicas, evidenciando a complexidade da interação entre as culturas europeia e indígena no contexto da colonização brasileira. Outrossim, no início do processo de colonização, as crianças indígenas foram submetidas a um extenso período de educação religiosa obrigatória, fundamentada em princípios ocidentais.

Como é perceptível, o processo de educação se revelava como uma forma de violência ao impor-se sobre os costumes e tradições dos povos indígenas. Da mesma forma, ao longo da história do país, as crianças de origem africana foram vítimas (e ainda continuam sendo) de várias formas de violência, como, por exemplo, o racismo.

De acordo com estudos citados por Góes e Florentino (2018, p.180 *apud* Batista, 2023, p. 19), no período inicial da colonização, as crianças e adolescentes negros escravizados formavam uma minoria entre os cativos, representando, aproximadamente, dois em cada dez escravizados. No entanto, essa proporção não diminuiu o nível de violência ao qual esse segmento populacional foi submetido.

Acerca disso, podemos utilizar a arte para evidenciar esse processo. A obra do pintor francês Jean Baptiste Debret permite visualizar a desumanização das crianças negras, conforme a figura 1:

Figura 1 – Um jantar brasileiro

Fonte: Debret (1827)

Ao analisar a figura 1, observamos claramente o tratamento desumanizado dado aos pequenos escravizados, comparáveis a animais de estimação, desamparados no chão e sobrevivendo de restos – marginalizados e tornados invisíveis desde muito jovens. Segundo Debret (1827 *apud* Batista, 2023, p. 16), tem-se que era comum, durante conversas íntimas em jantares a dois, que o homem se dedicasse silenciosamente a seus próprios interesses enquanto a mulher se entretém com seus pequenos escravos, que ocupam o lugar dos cãezinhos Carlins. Sob essa ótica, o comentário de Debret (1827) revela uma perspectiva racista e eurocêntrica. Assim, além da situação retratada na pintura de Debret, destacamos outras violências que variavam desde situações de humilhação – infligidas a crianças livres – até adoecimentos e mortes resultantes de trabalho infantil ou castigos físicos severos.

Em adição, as crianças eram submetidas a desempenhar trabalhos físicos semelhantes aos de adultos – uma exigência brutal que desconsiderava, completamente, sua estrutura corpórea ainda em desenvolvimento. Com efeito, este contexto era marcado por uma profunda negligência, atos de violência e uma exploração exacerbada da mão de obra infantil. Tal exploração, aliada às condições precárias de vida, contribuiu significativamente para elevar os índices de mortalidade infantil, pintando um quadro sombrio de abuso e sofrimento que marcou profundamente a história do país.

Desse modo, este marco histórico foi sentido na abolição da escravatura e com o advento da industrialização, tendo em vista que crianças negras, sobretudo as de classes menos favorecidas, enfrentaram a expansão industrial, surgindo um contingente de trabalhadores marginalizados. Assim, a força de trabalho infantil e feminina não só era submetida a condições laborais deploráveis, como também a riscos de acidentes e diversas formas de violência.

Com a passagem do século XIX para o século XX, a percepção social da criança no Brasil sofre uma transformação significativa. As crianças – antes vistas como elementos de pouca ou nenhuma importância na família e na sociedade – começam a ser reconhecidas como ativas e preciosas para a nação. Nesse contexto, o Estado passa a enxergá-las como alvos de sua intervenção, adotando uma abordagem eugênica (Rizzini, 2011, p. 24 *apud* Batista, 2023, p. 21).

Nessa seara, o higienismo, especialmente o direcionado à saúde infantil, emerge como a principal abordagem de intervenção após o desuso da prática da roda dos expostos, com o Código de Menores de 1927 estabelecendo diretrizes oficiais. Conforme Batista (2023), em 1979, foi estabelecido um "novo" Código de Menores que preservava as

características do anterior, incluindo a dualidade entre “menor delinquente” e “menor abandonado”, porém com a retirada do poder familiar (pátrio poder) em casos envolvendo os “menores”. Isso resultava, portanto, em internações até a maioridade na qual os jovens estavam sujeitos a medidas destinadas apenas ao processo de reprodução social, como a “educação para o trabalho”.

Em 1988, ocorreu a promulgação da atual Constituição Federal – também conhecida como Constituição Cidadã – caracterizada pela democracia e notável pelos direitos fundamentais concedidos a todos os cidadãos brasileiros. Esta constituição estabelece, em seu art. 227, os fundamentos para a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo o art. 227, é incumbência da família, da sociedade e do Estado garantir à criança, ao adolescente e ao jovem, com máxima prioridade, uma série de direitos fundamentais, tais como à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de protegê-los contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Outrossim, o art. 227 da Constituição Federal serviu como base para a promulgação do ECA por meio da Lei no 8.069/1990. Segundo a interpretação corrente, essa legislação é reconhecida como um ponto de referência fundamental, é um momento histórico significativo no avanço dos direitos das crianças e adolescentes. Nessa ótica, o ECA estabelece um novo paradigma ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, ao abranger suas prerrogativas e obrigações e ao enfatizar o papel essencial da família, do Estado e da sociedade na proteção integral. Além disso, o art. 2º do ECA define “criança” como pessoa até doze anos incompletos e “adolescente” como aquele entre doze e dezoito anos de idade, em linha com o que foi estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990).

Segundo análises, apesar dos esforços legislativos e das intervenções voltadas à proteção da infância, os casos de violência persistem, especialmente entre crianças empobrecidas e negras. Estas últimas enfrentam trajetórias marcadas por experiências cruéis, frequentemente racializadas, perpetuando-se em formas diversas, como o trabalho infantil, a violência sexual e, até mesmo, a violência letal.

Nesse contexto, essa realidade revela uma narrativa dolorosa que parece interminável. Desde os tempos coloniais, o Brasil testemunha uma diversidade de vivências

infantis, moldadas conforme as dinâmicas sociais e as demandas de cada período histórico. A clara distinção entre crianças que desfrutam de direitos básicos, como acesso à saúde, à educação e ao lazer, e aquelas privadas nessas condições, é notória. Esta divisão – perceptível para muitos – encontra-se profundamente enraizada na cor da pele e na posição socioeconômica.

Portanto, considerando esses aspectos, a adoção de uma abordagem teórica que leve em conta a intencionalidade se torna essencial para a formação de uma compreensão abrangente da infância e da criança. Tal abordagem evita, dessa maneira, a tendência de estabelecer um padrão ideal, muitas vezes alinhado aos valores e ideais da classe média (Carneiro, 2014). Assim, conclui-se que a utilização do afro-perspectivismo é fundamental para uma compreensão mais contextualizada da infância.

2.3 AFRO-PERSPECTIVISMO E A RECONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA

De acordo com Noguera e Alves (2019), a afro-perspectividade se caracteriza como um exercício filosófico em interação com diversas disciplinas das ciências humanas, especialmente a sociologia da infância, fundamentado em concepções de mundo africanas, afro-brasileiras e indígenas, com uma abordagem biocêntrica que atribui à infância um papel central. Em conformidade a Noguera e Barreto (2018), a concepção de afro-perspectividade fundamenta-se na interpretação do quilombismo de Nascimento (1980), na afro-centricidade sistematizada por Asante (1987) e no perspectivismo ameríndio proposto por Lima (2011).

Segundo a afro-perspectividade, a infância é reconhecida em múltiplas dimensões. Em particular, a afro-perspectividade destaca a infância como um conceito ontológico que permeia a existência, uma forma de vivência, uma modalidade de interação e um elemento que nos conecta com outras formas de vida, ampliando as possibilidades de existência.

Noguera (2018) afirma que “a infância aqui deve ser entendida num duplo registro. Para além do marcador geracional que a define como um ‘período’ da vida. A infância é uma condição de experiência humana ou um sentido” (Noguera, 2018, p. 89). Diante disso, dentro do contexto africano, a infância possui um caráter ontológico, representando um modo de compreender a realidade e lidar com os desafios humanos.

Em outras palavras, a infância é vista como a capacidade de renovar o mundo através do contato pessoal, sendo, assim, uma experiência significativa. A infância é

fundamental para permitir que os indivíduos experimentem sua humanidade em interação com outros seres humanos, destacando a interdependência inerente à nossa condição.

Podemos destacar, além disso, que os escritos de Noguera e Barreto (2018) exploram a compreensão da infância a partir das perspectivas da filosofia *ubuntu* – presente em algumas regiões da África – e da língua guarani, utilizada pelos povos nativos do Brasil. Essas línguas revelam, deveras, concepções profundas sobre a infância, destacando-a como um elemento central na cosmovisão dessas culturas. Ao examinarmos, por exemplo, como a infância é percebida através da lente do *ubuntu* e do guarani, podemos vislumbrar diferentes facetas desse período da vida, concebendo-a não apenas como uma fase de desenvolvimento, mas com um estado de ser intrinsecamente conectado à existência e à interação com o mundo ao redor.

Segundo a análise dos autores Noguera e Barreto (2018), a infância, ou *ubuntwana* – como é interpretada na filosofia *ubuntu* – pode ser entendida como um elo que conecta a ancestralidade, a futuridade e os viventes, representando, desse modo, a presença do passado e do futuro na emergência do presente. Os estudiosos destacam que *ubuntwana* é a afirmação de um sentido adicional além dos cinco sentidos tradicionais, denominado infância, que é mais perceptível em crianças, contudo não é perdido pelos adultos.

A ativação da infância em adultos – "infancialização – permite uma percepção ética e política que considera tanto a ancestralidade quanto a futuridade, além das pessoas vivas no presente. Assim, *ubuntwana* implica em encarar a realidade como um território em constante produção, suscetível a reformulações e ressignificações. No contexto da filosofia *ubuntu*, *ubuntwana* sugere compreender tanto a infância quanto as crianças como agentes que inventam novos mundos (Noguera; Barreto, 2018).

Ainda de acordo com Noguera e Barreto (2018), há uma compreensão de infância que se diferencia da concepção ocidental tradicional, na qual a criança é considerada como estando em uma fase de completude e maturidade em contraposição ao adulto. Distante disso, os quilombos foram construídos com o entendimento da infância presente tanto nas crianças quanto nos adultos. Com isso, compreender a construção dos quilombos, a produção de conhecimentos e o contato com o território é fundamental para entender como a afro- perspectiva se faz presente no cotidiano e na luta de resistência.

3 **QUILOMBOS: RAÍZES DE RESISTÊNCIA E SABER**

De acordo com Santos (2018), as comunidades quilombolas são consideradas tradicionais devido à sua preservação dos modos singulares do viver em suas áreas territoriais – espaços nos quais mantêm-se práticas culturais e sociais. Nesse sentido, em meio às relações, são transmitidas de geração em geração, através do compartilhamento de memórias. Essas formas de conhecimento e intelectualidades cotidianas se fortalecem por meio da interação entre os membros da comunidade na construção de seus estilos de vida. No entanto, é ressaltada a necessidade de explorar além das concepções convencionais sobre o povoamento dos quilombos, indicando, outrossim, que houve diversas formas de ocupação e constituição dessas comunidades no território brasileiro, conforme visto em Santos (2018).

Seguindo essa perspectiva, o objetivo desta seção é iniciar uma reflexão sobre a construção dos termos *quilombo* e o *aquilombamento*, sendo, posteriormente, construída uma apresentação da colonização do conhecimento quilombola, seguida de uma explanação sobre *descolonização* e o *contracolonialismo* do saber quilombola, finalizando-se com a identidade quilombola e resistência.

3.1 QUILOMBO E AQUILOMBAMENTO: UMA DEFINIÇÃO HISTÓRICA E ATUAL

Ao longo da história das Américas, os quilombos emergiram como fortalezas de resistência e autonomia contra a brutalidade do sistema de dominação escravista, sendo locais de sobrevivência e reencontro de si, lugar de se acolher para resistir que, nas palavras de Certeu (1999), vê-se como "manifestações" dos restos de dominações. Apesar de representarem muito mais do que meros refúgios físicos, os quilombos eram símbolos de uma luta incessante pela liberdade e pela preservação da identidade cultural africana.

O movimento de resistência não se limitou apenas aos imigrantes da África – trazidos à força ao continente americano – mas entrelaçou-se a troca de saberes com os povos naturais do Brasil, os indígenas. Eles encontravam-se atravessados pelos mesmos quesitos de dominação, a exploração da força laboral.

Com isso, Santos (2023, p. 27) destaca: "Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro." Nesse devir, a interação entre diferentes grupos étnicos e culturais não apenas fortaleceu os quilombos, como espaços de resistência, mas também enriqueceu sua identidade,

evidenciando uma sinergia única entre as experiências africanas e indígenas na construção de comunidades autônomas e resilientes.

De acordo com Souza (2020), os escravizados desafiaram o sistema escravista tanto de forma individual – ao fugirem para as matas – quanto coletiva, por meio do estabelecimento de quilombos. Nesse sentido, eles empregavam estratégias de intimidação contra seus senhores, criando as condições propícias para a fuga, estando envolvidos em grande parte dos conflitos armados ocorridos durante o império em busca da prometida liberdade.

Sobre o termo *aquilombamento*, segundo Souza (2020),

> O termo aquilombamento é uma proposta de Moura de organização da população negra e não negra na luta contra o sistema e o racismo. O intelectual constatou que, ao contrário do que a historiografia hegemônica dizia, a organização dos quilombos foram [sic] imprescindíveis para desorganização do sistema escravagista e aniquilação da escravidão. O quilombo é palavra e prática de resistência e a junção da teoria e prática transformadora da realidade (Souza, 2020, p. 55).

O termo *aquilombamento* encapsula não apenas a ideia de refúgio, mas também a de um movimento coletivo de desafio ao *status quo*, evidenciando a interseção entre teoria e prática na transformação da realidade, conforme pontua Souza (2020). Nessa ótica, diversas formas de resistência foram empregadas pelos negros, desde insurreições até fugas isoladas – todas contribuindo para minar o sistema colonial, sendo, principalmente, como a colonização atua no apartamento dos conhecimentos que contribuem para esse movimento, de acordo com o subtópico a seguir.

3.2 COLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

A história do colonialismo é marcada por uma violência inigualável na qual os colonizadores, em sua busca incessante por expansão e controle, não hesitaram em subjugar os povos conquistados, usurpando suas riquezas e impondo sua soberania política. Nessa perspectiva, este processo não se limitou, apenas, à exploração econômica, como também à dominação dos saberes, identidade e territórios das comunidades colonizadas, em consonância aos escritos de Gonçalves e Feitosa (2019). Essa dominação se estendeu à colonização do conhecimento quilombola, revelando, assim, uma sistemática tentativa de controle sobre os saberes dessas comunidades.

Segundo Gonçalves e Feitosa (2019), a colonialidade do saber emerge quando certos conhecimentos são legitimados e considerados verdadeiros em detrimento de outros, perpetuando, por sua vez, a ideia de que a produção do conhecimento está centralizada na Europa, enquanto os saberes não-europeus são marginalizados, apropriados culturalmente ou negados para impor uma visão universalizante. Assim, essa dinâmica resulta em um "epistemicídio" em que os saberes locais são suprimidos ou destruídos, causando, por conseguinte, impactos significativos.

Ao longo dos séculos, a colonização do conhecimento quilombola foi caracterizada por estratégias como assimilação, invisibilização e destruição, revelando uma tentativa sistemática de controle sobre os saberes dessas comunidades. Nesse contexto, tais abordagens não apenas refletiram a busca por dominação, mas também a intenção de validar hierarquias sociais baseadas em critérios raciais (Gonçalves; Feitosa, 2019).

Outrossim, a invisibilização desempenhou um papel crucial nesse contexto, tornando os saberes e práticas das comunidades quilombolas invisíveis, muitas vezes através de preconceitos sociais e étnico-culturais. Sob esse viés, Carneiro (2023) discute como a marginalização e desconsideração desses conhecimentos refletem o racismo epistemológico, perpetuando uma forma persistente de dominação étnica e racial. Essa marginalização dificultou significativamente a preservação e transmissão dos saberes ancestrais quilombolas, especialmente diante das tentativas de validação das hierarquias sociais baseadas em critérios raciais.

Nesse sentido, a persistência dessa colonialidade do saber é claramente perceptível na produção de conhecimento, que continua a seguir uma abordagem científica cartesianamente orientada, na qual os saberes das culturas – consideradas inferiores – são apropriados e ocultados em detrimento de um conhecimento universal. O desaparecimento de uma cultura e a extinção de conhecimentos são eventos tangíveis em sociedades onde prevalece a hegemonia de uma única narrativa histórica. A colonização, ao impor um ideal de civilidade, buscou tornar invisíveis as comunidades quilombolas e seus saberes, contribuindo, desse modo, para o epistemicídio e a supressão de saberes em prol de uma missão de homogeneização mundial (Gonçalves; Feitosa, 2019).

Diante desses desafios, os quilombos resistiram, buscando não se submeter às determinações dos mecanismos de dominação e construindo estruturas de sobrevivência embasadas em conhecimentos ancestrais, a partir de um movimento de descolonização e também de contracolonialismo, com será explicado adiante.

3.3 DESCOLONIZAÇÃO E CONTRACOLONIALISMO DO SABER QUILOMBOLA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

A busca pela descolonização e o contracolonialismo dos conhecimentos quilombolas emergem como respostas fundamentais aos séculos de marginalização, invisibilização e opressão impostos pelo colonialismo, capitalismo e dominação cultural. Gonçalves e Feitosa (2019) destacam, por exemplo, que os vestígios de conhecimentos matemáticos, linguísticos, medicinais, engenharia e arquitetura na África revelam a existência de arquivos de saberes essenciais para a humanidade. No entanto, a invisibilidade desses conhecimentos contribuiu para a desvalorização e inferiorização de povos que, apesar de possuírem um alto grau de desenvolvimento, foram marginalizados pelas estruturas coloniais e capitalistas.

A escritora nigeriana Adichie (2019) alerta para os perigos da "história única", que resultou na negação, silenciamento e, até mesmo, extermínio dos conhecimentos de inúmeras nações, povos, territórios e culturas. Ela afirma:

> As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

Essa narrativa única contribuiu para a perpetuação da colonialidade do saber, que subjugou e desvalorizou sistemas de conhecimento diversos e ricos em suas peculiaridades.

Em adição, tem-se a análise interseccional proposta por Crenshaw (2004 *apud* Gonçalves; Feitosa, 2019, p. 45), que destaca a importância de compreender como as opressões de raça, gênero, classe, sexualidade, religião e territorialidade se entrelaçam para manter um projeto de colonialidade do saber. Nessa seara, essa perspectiva interseccional não apenas revela as complexidades das relações de poder, mas também abre caminho para buscar alternativas para superar a colonialidade, promovendo a interseção dos saberes dos diversos povos e sujeitos como uma solução para os desafios contemporâneos.

Atrelado a isso, para Silva (2023, p. 33), os quilombos, aldeias indígenas e outros modos de vida tradicionais devem ser considerados como contracolonialistas, enfraquecendo o domínio colonial ao se recusarem a serem colonizados: "O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo". Nesse contexto, o contracolonialismo proposto por Nego Bispo representa uma variedade de práticas dos povos diaspóricos que desafiam o projeto totalitário e de universalização da colonialidade.

Nessa perspectiva, a descolonização e o contracolonialismo dos conhecimentos de um povo estão intrinsecamente ligados aos seus modos de resistir e existir, representando uma contribuição significativa para a reformulação de suas identidades.

3.4 IDENTIDADE QUILOMBOLA E SUA RESISTÊNCIA CULTURAL

O processo de escravização no Brasil foi uma tentativa sistemática de desmantelar os valores socioculturais dos povos afro-pindorâmicos. Conforme observado por Santos (2015), esse processo visava atacar não somente as identidades individuais, contudo, também, as coletivas, começando pela imposição do cristianismo monoteísta sobre o paganismo politeísta, que foram ferramentas utilizadas pelos colonizadores como controle social de corpos e mentes. Assim, essa substituição forçada de crenças religiosas representava apenas o início de uma série de investidas contra a integridade cultural desses povos.

Como consequência desse ataque à identidade, às comunidades afro-pindorâmicas viram-se em uma luta constante para preservar não apenas suas tradições individuais, mas também suas identidades coletivas. Santos (2015) destaca que a identidade coletiva se forma em diálogo com as identidades individuais e seus valores correspondentes. Portanto, é fácil compreender como as investidas históricas contra as identidades individuais desses povos também impactaram suas identidades coletivas.

Essa dupla ofensiva, tanto contra as identidades individuais quanto coletivas, criou um desafio monumental para os povos afro-pindorâmicos. Dessa maneira, a resistência não era apenas uma questão de preservar tradições antigas, mas também de reafirmar a própria existência como comunidades distintas em meio a um sistema que buscava apagá-las da história.

Santos (2023) apresenta, no excerto a seguir, a contribuição da confluência dos saberes para o processo de resistência:

> Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derrete! (Santos, 2023, p. 24).

A resistência e a vitalidade dos quilombos ecoam em sua história multifacetada, uma história marcada pela interseção de saberes e práticas culturais. Como ressaltado por

Santos (2023), a formação dos quilombos não foi apenas o resultado da importação dos saberes africanos, todavia de uma troca vital com os povos indígenas locais. Nesse sentido, os quilombos surgiram como uma síntese criativa, concebida pelos povos afro-confluentes em diálogo com as comunidades indígenas. Nessa ótica, conforme Fernandes e Munhoz (2013), essa criatividade não se limitava à resistência cultural, mas se estendia a uma economia política dinâmica, na qual os quilombos desempenhavam papéis fundamentais na produção de alimentos e bens, contribuindo, outrossim, para o desenvolvimento autônomo e a reorganização sociopolítica das comunidades.

Além disso, Santos (2023) destaca a produção econômica e de conhecimento dos quilombos, ressaltando a importância da interseção de saberes:

> Quando havia algum desequilíbrio, elas eram favoráveis a nós, porque tínhamos grande confluência de saberes. Sabíamos tudo o que era necessário para viver naquele ambiente. Nossa família plantava o que precisava, era mestra na agricultura e dominava o beneficiamento. Sabia fazer os equipamentos para o beneficiamento da mandioca, da cana e do álcool. Um povo que sabia disso tudo provavelmente não foi escravizado nem teve sua memória apagada como intencionavam e intencionam até hoje os eurocristãos colonialistas (Santos, 2023, p. 24).

Ao desafiar o domínio do pensamento eurocêntrico, os quilombos não somente se negam a serem vistos como espaços de carência e fragilidade, mas se reafirmam como territórios de potencialidade e vitalidade, no quais a persistência e a resiliência da comunidade são evidentes apesar das adversidades. Aliado a isso, a interseção de saberes, junto à dinâmica econômica e à resiliência cultural dos quilombos, compõe uma narrativa complexa que reflete resistência e renovação.

Nessa perspectiva, apontar para a riqueza de conhecimentos nas comunidades quilombolas e como esses saberes têm sido fundamentais para a resistência e preservação de suas identidades ao longo do tempo implica em olhar para além das concepções eurocristãs colonialistas, significa adentrar, portanto, ao mundo dentro da comunidade, compreendendo a produção desses conhecimentos e a possibilidade de uma contracolonização.

4 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: UM ESPAÇO PARA UMA NOVA FORMA DE VIVER

Entendemos o território que compõe uma comunidade, conforme observado por Barbosa (2023), como um lugar de proteção contra abordagens extrativistas e de desenvolvimento, permitindo a coexistência de diferentes temporalidades que promovem a interação entre pessoas, locais e meio ambiente. Nesse contexto, há uma experiência singular, marcada pela ausência de limitações impostas por abordagens privatistas, o que favorece a convivência entre residências, plantações, trilhas, estradas e espaços comunitários como terreiros. Assim, os quintais e alpendres desempenham papéis multifuncionais, servindo como áreas de descanso, trabalho e conversa tanto para residentes quanto para visitantes (FERNANDES, 2016).

Os autores Lima Junior, Santos e Euzebio Neto (2023) destaca a existência de uma hierarquização dos conhecimentos na sociedade contemporânea, privilegiando os conhecimentos científicos em detrimento dos tradicionais, esses rotulados como folclóricos e associados ao senso comum. Contrariamente a essa visão simplista, os saberes tradicionais são complexos e heterogêneos, transmitidos entre famílias e comunidades com homens e mulheres detendo conhecimentos específicos, conforme suas posições sociais e papéis na comunidade (Lima Junior; Santos; Euzebio Neto, 2023).

Contudo, esta seção apresenta como ocorrem as relações quilombolas com o território que possibilitam uma nova forma de viver, tendo em vista que a construção da identidade está intrinsecamente ligada ao território, tanto em termos de espaço geográfico quanto simbólico. Além disso, a relação com a natureza, a oralidade e o quintal são elementos construtores de potencialidades transformadoras no cotidiano e no da cosmovisão Quilombola, como será explicitado sucessivamente.

Com isso, nessa seção, apresenta-se como a produção de saberes das comunidades busca se fazer ausente de uma hierarquização colonial, promovendo, assim, novas formas de vivenciar a vida cotidiana e produzindo um movimento circular de resistência comunitárias.

4.1 UM GRITO CONTRA A COLONIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: A ARTE DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA

No contexto social brasileiro, as comunidades quilombolas têm sido alvo de opressão, marginalização e exclusão por parte dos colonizadores. Nesse sentido, essas

comunidades são marcadas por sua identidade cultural única e sua profunda conexão com o território e o conhecimento da vida a partir da natureza. No entanto, muitas vezes são acusados de serem povos atrasados, improdutivos e sem cultura, servindo como obstáculo ao "suposto avanço" e desenvolvimento promovido pela estrutura colonial que traz consigo recrudescimento da necropolítica uma tecnologia destinada ao exercício do biopoder na iminência de reduzir a existência do sujeito, suscitando nele o desejo de morte, de acordo com que aprogoa Mbembe (2018). É evidente que, por trás dessas acusações, reside uma agenda de dominação e exploração que requintado que se reproduz e manifesta-se nas formas mais variadas possíveis. Sabemos que a persistência dos ataques às comunidades quilombolas – agora camuflados sob a fachada de um Estado Democrático de Direito – revela uma triste continuidade na história. Enquanto os colonizadores contemporâneos abandonam as armas tradicionais, o racismo – conforme delineado por Mbembe (2018) – emerge como uma ferramenta de regulação da distribuição de morte e facilitação das funções assassinas do Estado. Nessa seara, utilizando sofisticadas máquinas de terraplanagem, eles desmantelam os territórios quilombolas, minando os alicerces de suas existências e eliminando corpos considerados
indesejáveis.

Nessa luta desigual, está em jogo muito mais do que simplesmente a terra física; os ataques visam, também, os símbolos e significados dos modos de vida quilombolas, fundamentais para sua identidade e sobrevivência. No entanto, na implacável lógica capitalista, quando esses modos de vida não se encaixam como força laboral, são destinados à aniquilação. Assim, a batalha travada transcende o âmbito territorial, sendo também uma luta pela preservação de uma herança cultural valiosa e pela própria dignidade humana.

Diante desse cenário, Santos (2015) expõe como as comunidades são alvo de acusações:

> Do que todas essas comunidades são acusadas? De serem povos atrasados, improdutivos e sem cultura, portanto, um empecilho ao avanço e ao desenvolvimento da integridade moral, social e econômica e cultural dos colonizadores. O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual. Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência das nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida (Santos, 2015, p. 76).

É crucial entender que esse ataque não é apenas uma questão histórica, mas também um reflexo das estruturas de poder e dominação que persistem na sociedade contemporânea. Com efeito, as comunidades quilombolas brasileiras representam uma ameaça à lógica de exploração e acumulação de recursos que sustenta o sistema capitalista e, portanto, são alvos de uma brutal repressão por parte daqueles que se beneficiam desse sistema.

Por outro lado, as comunidades quilombolas, em sua luta contracolonialista, segundo Santos (2023), vêm utilizando algumas de suas tradicionais armas de defesa: a oralidade, a memória e seus conhecimentos ancestrais, por exemplo. Entretanto, é importante reconhecer que, na maioria das vezes, as armas tecnológicas adotadas pelas comunidades têm um poder de destruição muito superior ao poder de defesa e construção proporcionado pelos direitos legais. Nessa ótica, essa disparidade coloca as comunidades em uma posição ainda mais vulnerável, em que a resistência se torna uma necessidade e um desafio ainda maior.

Apesar das adversidades, as comunidades quilombolas têm demonstrado uma bravura e determinação notáveis. Elas têm se organizado, mobilizado e lutado incansavelmente pela defesa de seus territórios e pela preservação de suas identidades culturais. Outrossim, essa resistência é um testemunho vivo da força e da resiliência dessas comunidades, que se recusam a ceder diante da opressão e da injustiça, como explicitado por Santos (2015):

> Por outro lado, as comunidades contra colonizadoras, além das suas tradicionais armas de defesa, aos poucos, vêm se apropriando das armas de ataque dos colonizadores. Apesar disso, infelizmente, na maior parte das vezes as armas tecnológicas são apresentadas com um poder de destruição muitas vezes maior que o poder de defesa e de construção da vida das armas dos direitos legais, as quais muitas vezes as comunidades se apegam e seguem resistindo (Santos, 2015, p. 77).

Diante disso, é fundamental não somente resistir às pressões externas, contudo fortalecer os laços internos, promovendo a solidariedade, a troca de conhecimentos e o empoderamento coletivo. Além disso, é importante buscar formas de amplificar suas vozes e de garantir o reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais.

Em adição, destacamos que, ao tentar moldar ou cristalizar as práticas os saberes quilombolas, coloca-se em xeque a legitimidade dos sujeitos envolvidos nesse processo, enquadrando-os em uma lógica linear típica das produções coloniais. Por outro lado, as cosmovisões quilombolas enfatizam na circularidade, em um conhecimento que se

desenvolve em um contexto de interação constante, representado simbolicamente pelo círculo (Santos e Mayer, 2020). Esse movimento permite, pois, a existência de uma variedade de conhecimentos, com base no respeito à diversidade e em suas múltiplas formas de produção e um movimento contracolonialista (Silva, 2023).

Em acréscimo, evidenciamos que a interação entre os saberes populares quilombolas e os acadêmicos não é vista como uma relação de superioridade, mas de equivalência, reconhecendo a importância e a contribuição mútua de ambos para o território. Assim, a construção dos saberes populares é baseada na troca de vivências e, como uma ciência cultural quilombola, não se apresenta como uma ciência exata e absoluta, nem segue uma lógica colonial, capitalista e eurocêntrica. Ao contrário, eles se desenvolvem e afloram suas potências a partir das necessidades, do sofrimento e do devir da própria comunidade.

Dessa maneira, desprender-se das amarras do colonialismo implica renascer na ancestralidade, criando uma zona de contato entre passado, presente e futuro. Os saberes ancestrais resistem à modelação colonial, proporcionando novas formas de vivenciar o território e gerando possibilidades de convivência harmoniosa entre os elementos da natureza (Quijano, 2005). Outrossim, essa resistência se manifesta, portanto, na composição de epistemologias a partir das manifestações culturais quilombolas, criando um devir de confluência que transcende as tentativas de dominação.

4.2 IDENTIDADE E TERRITÓRIO: VÍNCULOS INSEPARÁVEIS NA LUTA QUILOMBOLA

> Quando discutimos identidade quilombola, território e identidade aparecem intimamente imbricados, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais. A territorialização, também é construção, movimento, no tempo e no espaço (Malcher, 2006, p. 3).

A partir desse excerto, evidenciamos que Malcher (2006) ressalta a interconexão entre identidade quilombola e território, destacando que a construção do território não só reflete, mas também contribui para a formação da identidade quilombola e vice-versa. Outrossim, esse entendimento é fundamental para reconhecer a importância da preservação dos territórios quilombolas como não apenas espaços geográficos, mas como locais que carregam uma identidade cultural e histórica única (Malcher, 2006).

Ao reconhecer essa interdependência entre território e identidade,

podemos compreender que as ações coletivas dos sujeitos sociais em prol da preservação e fortalecimento desses territórios são essenciais não apenas para garantir a posse da terra, mas, também, para manter viva a identidade e cultura quilombola. Essas ações incluem desde a luta pela demarcação e proteção legal dos territórios até iniciativas de fortalecimento da identidade cultural, como a preservação de tradições, práticas agrícolas ancestrais e celebrações culturais. A Constituição Federal de 1988, ao prever no art. 68 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, reconhece a importância da posse coletiva dos territórios remanescentes das comunidades quilombolas (BRASIL, 1988). Assim, esse reconhecimento não apenas reafirma a valorização dos aspectos simbólicos e materiais do território étnico, como também promove um sentimento de pertencimento e identidade para essas comunidades.

Além disso, o art. 68 da Constituição Federal facilita o processo de autoidentificação das comunidades quilombolas, permitindo que essas se reconheçam sem depender da validação externa, como a visita de um antropólogo, por exemplo. Nesse sentido, esse reconhecimento autônomo fortalece a coesão dentro das comunidades e reforça o desenvolvimento coletivo do território.

Este artigo constitucional desencadeou o decreto no 4. 487 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, conforme previsto no art. 68 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (BRASIL, 1988). Com efeito, essa regulamentação visa não apenas garantir a segurança jurídica desses territórios, todavia também promover o desenvolvimento sustentável e a preservação das identidades culturais e históricas das comunidades quilombolas.

Além disso, ao compreender a territorialização como um processo dinâmico e contínuo, percebemos que a preservação dos territórios quilombolas não é somente uma questão estática de manutenção do *status quo*, mas sim um movimento constante de resistência, adaptação e renovação. Nessa ótica, isso significa reconhecer que as comunidades quilombolas têm o direito de não apenas preservarem suas tradições, como ainda de se desenvolverem de acordo com suas próprias necessidades e aspirações, dentro de um contexto de respeito aos seus territórios e identidades.

Ao longo da história, vemos exemplos de como os grupos étnicos têm defendido seus territórios como uma extensão de sua identidade coletiva. Esse sentimento de pertencimento não apenas fortalece os laços dentro do grupo, mas também serve como um catalisador para o desenvolvimento coletivo da terra. Outrossim, quando os membros de

uma comunidade se sentem conectados ao seu território, esses estão mais propensos a investir tempo, recursos e esforços na sua preservação e melhoria.

Malcher (2006) afirma que

> O território perpassa pela condição simbólica e material e este, na condição de território étnico, ao longo do tempo, tem assegurado o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo da mesma (Malcher, 2006, p. 10).

O excerto de Malcher (2006) destaca a complexidade e a dualidade do território, o qual vai além da mera dimensão física e encontra-se também em aspectos simbólicos e materiais. Ao enfatizar a natureza étnica do território, Malcher (2006) nos lembra que a identidade de um grupo é frequentemente enraizada no sentido de pertencimento a um lugar específico, como visto. Esse pertencimento não se limita apenas à posse física da terra, mas também incorpora um forte componente emocional e cultural.

Ademais, a posse coletiva da terra pode promover um senso de responsabilidade compartilhada pelo ambiente, pelo cuidado com o nosso. Desse modo, o desenvolvimento coletivo do território não se limita somente ao aspecto econômico, mas também engloba a preservação da cultura, da história e das tradições que estão intrinsecamente ligadas àquele espaço.

Em adição, destacamos que a identidade quilombola, por sua vez, encapsula a diferenciação entre grupos, as classificações e convenções sociais que definem os “modos coletivos” em uma posição de poder. Com isso, o reconhecimento de uma comunidade como quilombola permanece como uma estratégia política de confronto e de posicionamento dentro de uma estrutura hierárquica, racialmente marcada na ordem moderna, segundo as ideias de Fernandes, Galindo e Parra Valencia (2020).

Ao explorar as produções sociais e culturais nas comunidades quilombolas, novos horizontes se abrem para a compreensão da vida coletiva, já que nessas comunidades as relações não se limitam à vida individual, contudo às produções coletivas e suas interações com o território e suas lutas históricas. Assim, as definições identitárias envolvem a capacidade de afirmação enquanto comunidade negra, com seus valores, crenças e modos de permanência no lugar.

Podemos entender a identidade quilombola como uma construção política que emerge nas interseções das relações de poder, inserida em uma sociedade racista e colonial. Desse modo, ser quilombola é expressar a capacidade de resistir diante das violências, em realidades de vidas e formas de existências diversas que se moldam e se redescobrem ao longo do tempo e do espaço. Nesse sentido, a identidade quilombola representa um ponto de

convergência para os processos de subjetivação e este estudo busca investigar, exatamente, os modos de vida das pessoas quilombolas, examinando seus dispositivos de manutenção da saúde ao reconhecer que os próprios recursos criados e encontrados são ferramentas poderosas para auxiliar o indivíduo em sua própria jornada de cuidado.

No entanto, a construção da identidade está intrinsecamente ligada ao território, tanto em termos de espaço quanto com a sua natureza, sendo essa relação explorada à frente.

4.3 CONEXÃO COM A NATUREZA: A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE NA VIDA QUILOMBOLA

A conexão entre os povos quilombolas e a natureza é essencial para os processos de produção de saúde e cuidado dentro dessas comunidades, contrastando com a visão predominante na sociedade contemporânea, que, muitas vezes, trata a natureza como um recurso a ser explorado em prol do desenvolvimento econômico. Adotando uma perspectiva quilombola em relação à natureza, reconhecemo-la de maneira espiritual e cultural.

Na comunidade quilombola Poços-do-lunga, as águas dos rios, as plantas e os animais não são meros recursos, mas sim membros constituintes e indissociáveis da comunidade, nutrindo, curando, alimentando e convivendo diariamente com as pessoas, tanto a nível físico quanto espiritual. Desse modo, essa relação de interdependência e respeito mútuo entre os seres humanos e o meio ambiente cria alianças de cuidado (Barbosa, 2023).

Em acréscimo, Santos (2018) destaca a importância dos quilombos como espaços desafiadores das normas sociais dominantes. Eles são perseguidos não apenas por causa da cor da pele de seus habitantes, mas, sim, por que oferecem uma possibilidade de viver de maneira diferente, em harmonia com a natureza e em comunidade. Essa perseguição evidencia a ameaça que os valores e práticas quilombolas representam para o *status quo*, que muitas vezes busca marginalizar e controlar formas de vida que não se encaixam em seus moldes pré-estabelecidos.

Nos confins desses territórios, a concepção da natureza transcende a mera contemplação; ela é, pois, vista como uma entidade a ser nutrida e guardada em sincronia com suas próprias estações para assegurar a perpetuação da vida (Santos, 2015). Para os habitantesquilombolas, a ligação com a terra vai além da mera posse. Como mencionado por Santos(2018), “a terra não é um bem possuído pelas pessoas, mas sim elas pertencem à

terra". Esta afirmação ecoa a complexidade da relação cosmopolítica presente no território, sugerindo que ser quilombola é compreender a própria existência como uma extensão viva da natureza, a qual por sua vez é a encarnação física do divino.

Santos (2015) ressalta ainda a importância da sabedoria ancestral transmitida pelos mestres e mestras quilombolas – transmitida oralmente – por meio do conceito de *biointeração*. Enraizado no princípio do respeito, o conceito de *biointeração* engloba a prática de cooperar com a natureza para gerar e sustentar a vida, utilizando apenas o necessário de plantas e animais para garantir a subsistência da comunidade, sem excessos. Com efeito, este conceito delineia os caminhos pelos quais o autor enfatiza a necessidade de respeitar os ritmos naturais para conviver em harmonia com as particularidades do território. Dessa forma, a comunidade assegura que, nas futuras colheitas, haverá abundância, como explicitado por Santos (2015):

> Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia (Santos, 2015, p. 82).

Nas cosmovisões quilombolas, a natureza é percebida como uma entidade viva; as plantas e árvores são agentes que influenciam e interagem diretamente no cotidiano da comunidade. Atrelado a isso, podemos como semelhante a relação estabelecida – e descrita por Krenak (2020, p. 25) – entre o rio doce e seu povo "Watu é nosso avô. O rio Doce, Watu, nós cantamos para ele, nós conversamos com ele e desenvolvemos uma consciência, desde pequeno, que aquele ser vivo, que ele tem personalidade, ele tem humor".

Essa visão holística de Krenak (2020), que retrata o rio Doce como um ser vivo – com quem os povos dialogam e compartilham suas vidas – ressoa fortemente nos territórios quilombolas, nos quais essa visão holística da relação entre seres humanos e natureza se manifesta vividamente. Assim como o povo *Krenak* considera Watu, o rio, como o avô de sua comunidade, nos quilombos, os rios, as florestas e os animais são reverenciados como membros da família. Essa interconexão forma uma teia de reciprocidade e respeito que sustenta não somente a sobrevivência material dessas comunidades, como também sua saúde espiritual e emocional.

Essa valorização e respeito pela natureza se refletem, portanto, na importância atribuída ao quintal dentro dos quilombos, que transcende sua função como um mero espaço adicional.

4.4 O QUINTAL COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E SABEDORIA COMUNITÁRIA

No contexto dos quilombos, a parte mais essencial de uma casa é o quintal e isso é fundamentado pela importância que ele desempenha na vida cotidiana da comunidade. Não é apenas um espaço adicional, contudo um local central no qual ocorrem diversas atividades significativas. Além de ser um ambiente por meio do qual as crianças aprendem habilidades práticas, o quintal também é reservado para a construção das futuras moradias das próximas gerações. Outrossim, é um símbolo de continuidade e planejamento familiar. Portanto, no quilombo, o quintal não é apenas um espaço físico, mas sim um elo entre o presente e o futuro, através do qual tradições são preservadas e novos laços são estabelecidos.

Santos (2023) explicita:

> Mas o quintal é essencial porque é onde as crianças aprendem a fazer tudo. É também onde guardamos espaço para construir a casa de quem vai nascer, as casas das próximas gerações. Na casa da minha filha, por exemplo, há espaço para fazer a casa do filho dela. Nossas casas são pensadas com espaço para fazer outras casas (Santos, 2023, p. 35).

São nos quintais que a comunicação informal entre os moradores floresce, criando um ambiente propício para a troca de saberes ancestrais sobre saúde, conforme destacado por Fernandes e Santos (2019, p. 48). Essas conversas de quintal não só preservam tradições culturais, mas também moldam os caminhos seguidos para a cura, desde sugestões de remédios caseiros até a procura por curadores tradicionais. Assim, além de serem fontes de cultura, os quintais funcionam como autênticas farmácias naturais, abastecidas com ervas medicinais para tratar uma variedade de aflições físicas e espirituais.

Além disso, nos quintais, as crianças desfrutam de uma liberdade sem igual, transformando seu entorno em um vasto campo de brincadeiras e descobertas. Cada elemento da natureza é explorado para satisfazer suas imaginações e curiosidades, desde a criação de brinquedos improvisados até a prática de atividades físicas como escalada de árvores ou soltar pipas. Essa liberdade, tão vital para o desenvolvimento infantil, reflete a riqueza e diversidade das experiências que moldam suas jornadas de crescimento.

Não distante da realidade quilombola, Santos (2023) estabelece uma conexão intrigante entre as lajes das favelas e os quintais, lançando uma crítica sobre as formas de dominação e os apagamentos de elementos vitais da vida comunitária e cultural:

> Se o quintal é essencial no quilombo, qual é a parte mais necessária de uma casa na favela? É a laje. A primeira laje é para o primeiro filho ou primeira filha que se casa, e a segunda laje é para fazer as festas. O que fez, porém, o Minha Casa,

> Minha Vida? Chegou às favelas e tirou as lajes das casas, sua parte mais necessária. Veio para os quilombos e construiu casas sem quintal, tirou o quintal das casas, sua parte mais necessária (Santos, 2023, p. 35).

Isso não apenas compromete a identidade e os costumes locais, mas também interrompe as práticas tradicionais de construção e uso do espaço doméstico.

4.5 COSMOVISÃO QUILOMBOLA: HERANÇA ANCESTRAL E PRÁTICAS DE CUIDADO COLETIVO

A cosmovisão quilombola – como discutida por diversos autores – desafia a mentalidade eurocristã predominante ao enfatizar a interconexão profunda entre o ser humano e a natureza, reconhecendo os ciclos naturais de vida, morte e renascimento como parte integrante do tecido da existência, segundo os escritos de Barbosa (2023). Nesse contexto, a saúde não é concebida como um objeto a ser controlado ou manipulado, todavia como uma manifestação intrínseca ao território, refletida nas atividades diárias compartilhadas pela comunidade (Barbosa, 2023). Outrossim, essa abordagem vai além do tratamento sintomático das doenças, abarcando toda a narrativa de vida do indivíduo, permitindo-lhe protagonismo em seu processo de saúde, conforme explicitam Souza e Silveira (2019).

As práticas de cuidado na comunidade quilombola são profundamente influenciadas pela ciência ancestral quilombola, que continua sendo uma das principais estratégias para lidar com os adoecimentos que afetam os habitantes dessas comunidades (Fernandes; Munhoz, 2013). Devido à negligência governamental, a qual resulta na ausência de serviços de saúde básica nos territórios quilombolas, o acesso da população a consultas e tratamentos é dificultado (Fernandes; Munhoz, 2013).

Desse modo, essas práticas de cuidado incluem o uso de chás, ervas e métodos tradicionais em saúde, promovendo a interação com diversos membros da comunidade (Fernandes; Santos, 2019). Tais intervenções são vivenciadas nos lares, quintais e espaços rituais, permeando a vida como um constante processo de reinvenção e possibilitando o compartilhamento de experiências comuns e construídas (Souza *et al*., 2023).

A valorização da sabedoria ancestral quilombola, transmitida pela tradição oral, perpetua o respeito aos ciclos naturais ao longo das gerações (Barbosa, 2023). Nesse sentido, essa sabedoria desafia as concepções hegemônicas de saúde e psicologia, enraizadas em uma perspectiva eurocristã de acumulação capitalista na qual a natureza é frequentemente vista como uma mercadoria a ser explorada, em consonância a Barbosa

(2023).

Portanto, a cosmovisão quilombola não apenas propõe uma abordagem diferenciada de cuidado com a saúde, mas também representa uma resistência contínua contra a colonização invisibilizada que busca a destruição desses modos de vida (Barbosa, 2023). Desse modo, essa perspectiva nos convida à reflexão sobre o papel das comunidades tradicionais na preservação da saúde e na promoção de modelos alternativos de cuidado que honram a conexão entre ser humano e natureza.

Na comunidade quilombola, o quintal assume um papel central no qual a oralidade e a ancestralidade se entrelaçam. É, portanto, nesse ambiente que se desenrolam as conversas cotidianas e os encontros pessoais, servindo como um ponto de conexão entre os membros da comunidade.

4.6 ORALIDADE: O PODER DA NARRATIVA NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA

O modo de elaborar saberes na contemporaneidade dentro das comunidades quilombolas é profundamente enraizado na ancestralidade, advinda principalmente da oralidade.

Pereira e Nascimento (2011) ratificam:

> Parece importante enfatizar a oralidade como outro aspecto definitivo na transmissão dos conhecimentos nas populações tradicionais, estando inserida nos pressupostos da educação informal. É a partir da oralidade que os conhecimentos, valores, linguagens, representações, visões de mundo e práticas são transmitidos entre os sujeitos, envolvendo outros processos durante seu desenvolvimento, tais como as interpretações e construções constantes, o que garante a transformação do conteúdo propagado (Pereira; Nascimento, 2011, p. 149).

A oralidade é o que torna esse conhecimento fluido, sem a pretensão de dominância ou poder, ao contrário da lógica prevalente da academia, na qual o racismo epistemológico historicamente marginaliza saberes provenientes de populações indígenas e afrodescendentes (Santos; Mayer, 2020). Como Santos e Mayer (2020) argumentam, o pensamento acadêmico tende a ser abstrato e desconectado da vida, operacionalizado pela escrita, enquanto o conhecimento quilombola é orgânico, movido pela oralidade e profundamente conectado com a vida e sua promoção.

As comunidades quilombolas – herdeiras da afro-diáspora – mantêm uma ligação íntima e poderosa com a oralidade, como expresso por Nascimento e Rufino (2023, p. 327).

As narrativas transmitidas verbalmente ocupam um lugar central nesses territórios ancestrais, permeando desde os mitos fundacionais até os relatos do dia a dia, moldando não apenas a identidade e a coesão social, mas também influenciando diretamente a geografia, as práticas de saúde e os saberes dessas comunidades. Assim, a conexão indissociável entre o povo quilombola e a oralidade é destacada por Santos (2015) que ressalta que, mesmo que queimem a escrita, não se queimará a oralidade, os símbolos ou os significados, nem mesmo a ancestralidade.

Nessa perspectiva, a oralidade desempenha um papel crucial na conexão entre os membros da comunidade, agindo como um elo entre aqueles que comunicam e os que ouvem. Não se limita apenas a ser uma alternativa à escrita; é, portanto, um processo que integra o pensamento e a ação coletiva, promovendo a continuidade das tradições e dos valores comunitários. Além disso, a oralidade abrange uma ampla gama de diversidades e complexidades, incluindo mistérios e silêncios que muitas vezes são utilizados como formas de sabedoria ou resistência em movimentos de luta contra a colonização, como pontuam Nascimento e Rufino (2023).

Em adição, Pereira e Nascimento (2011) ressaltam a importância fundamental da oralidade na transmissão de conhecimentos dentro das comunidades tradicionais, destacando sua integração nos fundamentos da educação informal. Nessa seara, conhecimentos, valores, linguagens, representações, visões de mundo e práticas são compartilhadas entre os membros da comunidade, envolvendo processos adicionais como interpretações e construções contínuas, que contribuem para a evolução e preservação do conteúdo transmitido.

Segundo Lima Júnior, Santos e Euzebio Neto (2023, p. 4-5), o conhecimento nas comunidades quilombolas é tradicionalmente transmitido oralmente, divergindo da abordagem científica predominante. Dessa maneira, os saberes gerados nessas comunidades não passam pela verificação científica para serem considerados universais, uma vez que estão enraizados nas necessidades específicas do grupo e não buscam a universalidade, ao contrário da ciência.

No contexto cultural abordado, a figura do ancestral desempenha um papel de grande relevância, e a forma como os conhecimentos são transmitidos, de maneira semelhante, reforça o respeito pelos mais velhos, sugerindo uma influência ancestral africana em nossa própria cultura (Lima Júnior.; Santos; Euzebio Neto, 2023, p. 5). Em consonância, essa ancestralidade não é apenas uma linha solta no tecido do tempo, todavia uma teia densa e pulsante, entrelaçada nos processos de comunicação entre os que falam e

os que ouvem.

Dentro desse ciclo, a oralidade emerge como uma força coesiva, unindo indivíduos e comunidades em um compromisso mútuo com a troca de conhecimento. Longe de ser uma simples alternativa à escrita, a oralidade se revela como um processo dinâmico e contínuo, integrando-se ao pensamento e à ação coletiva. É por meio dela que a comunidade se reúne para refletir e agir em conjunto, em uma harmonia de vozes diversas que ecoam a diversidade da experiência humana. Cada voz traz consigo sua própria narrativa e sabedoria ancestral, que se mistura e se entrelaça com as dos outros, celebrando a riqueza da pluralidade de perspectivas que enriquecem o tecido social.

No entanto, a oralidade também carrega consigo mistérios e silêncios, como gemas preciosas escondidas nas profundezas de um rio. São conhecimentos guardados, estratégias de resistência contra a colonização que buscou calar e subjugar. São, pois, os espaços entre as linhas das histórias contadas, nas quais se encontram reflexão e proteção contra as injustiças do mundo. Assim, a oralidade se mostra como uma força resiliente, uma ponte que nos conecta à nossa ancestralidade e nos conduz à coletividade. Por meio dela, prestamos homenagem àqueles que vieram antes de nós, enquanto construímos juntos o caminho para os que estão por vir, mantendo firme nossa luta pela preservação de nossa cultura e identidade, não obstante os desafios mais árduos.

5 CULTURA E INFÂNCIA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: ASPECTOS CONTEXTUAIS E PRÁTICAS COTIDIANAS

Ao observar a natureza, adquirir conhecimentos e habilidades práticas e desenvolver destreza em atividades cotidianas, as crianças não apenas brincam, como também interagem naturalmente nos espaços de trabalho, auxiliando seus pais e aprendendo através da execução de diversas tarefas, como colher açaí, arrancar mandioca, transportar água ou remar. Essas interações não só promovem a aprendizagem prática, mas também fortalecem os laços da criança com o ambiente natural e a comunidade, de acordo com Fernandes (2018).

Através dessas experiências e da circulação nos espaços comunitários, as crianças desenvolvem uma conexão sensível com o ambiente local. Essa vivência próxima do ambiente local, por sua vez, é crucial, pois auxilia as crianças a reconhecerem e valorizarem esse espaço como parte integrante de suas vidas e experiências. Segundo Fernandes (2018), Vigotski argumenta que a influência de uma situação ou meio na criança é determinada pela vivência dessa situação ou meio, destacando que não é o elemento em si, isoladamente da criança, que exerce influência, mas sim o modo como é interpretado pela vivência da criança, podendo determinar seu desenvolvimento futuro. Essa compreensão mais profunda do lugar onde vivem promove uma relação de respeito e cuidado com o meio ambiente e com a comunidade em que estão inseridas, consolidando uma base sólida para o desenvolvimento integral das crianças.

Feitas considerações, apresentamos, nesta seção, a infância a partir da comunidade quilombola a qual compreende as crianças enquanto atores sociais, que produzem cultura, saberes e resistência. Além disso, apresentamos como ocorre a exploração do território e a produção de cultura a partir dessas interações.

5.1 COMUNIDADE QUILOMBOLA E A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA

A infância para as comunidades quilombolas tem dinâmica singular, na qual as crianças assumem um papel ativo na criação de seus próprios espaços de diversão e interação. Assim, elas não dependem de dispositivos tecnológicos para se engajarem em atividades lúdicas, encontrando – nas riquezas naturais do ambiente – estímulos para sua criatividade, em conformidade a Spindola (2007). O cenário é marcado por uma profunda integração com a natureza, na qual os animais se tornam brinquedos e as próprias árvores

servem como suporte para jogos e desafios.

Desde muito cedo a criança quilombola conhece o terreno ao redor da casa, as plantas usadas no cotidiano e observa o dia a dia dos familiares e vizinhos. As brincadeiras se passam nos quintais, com varetas, pedras, areia, junto aos animais e a vida do lugar. A caminho da escola que, por vezes é a pé, acompanhado por amigos ou sozinho, entende-se a autonomia, qual corresponde à rede de interação nos diferentes ambientes e com diferentes seres vivos ou espirituais ao percurso.

Desse modo, é nessa autonomia de explorar o território que as crianças descobrem uma gama de contextos diversificados, incorporando elementos da cultura local em suas brincadeiras. Além disso, podemos destacar a interação com os mais velhos como fundamental nesse processo, pois é através dela que absorvem valores, crenças e conhecimentos culturais, ao passo que contribuem para a produção de sua própria cultura, influenciados pela tradição oral (Spindola, 2007).

Em acréscimo, as atividades lúdicas cotidianas das crianças quilombolas revelam uma gama de interações variadas, alternando entre momentos de brincadeiras solitárias e experiências coletivas. A idade não é uma barreira para a participação, mesmo com diferentes faixas etárias, as crianças desenvolvem atividade que produzem saberes, construídos por ela em sua interação com o território.

Como aponta Santos e Silva (2022), a formação das crianças no quilombo é realizada pela criação e não pelo viés da educação. Destarte, no quilombo se cria, o que difere de educar, visto que a criação é para o mundo e em relação ao território, enquanto a educação é a elaboração de conhecimentos alheios ao lugar, educando-se de forma instrumental. Nessa ótica, estes saberes de criação contribuem para a produção de saúde nas comunidades tradicionais, principalmente para valorização e manutenção do dia a dia do território. Dessa maneira, podemos citar Faria (2003, p. 23) para afirmar que no quilombo "[…] ao invés de falarmos no desaparecimento da infância podemos falar em uma nova descoberta da infância".

Nesse contexto, fica evidente que as crianças quilombolas são agentes ativos na construção de suas próprias experiências infantis, desenvolvendo habilidades sociais, cognitivas e motoras de forma orgânica e integrada ao seu ambiente sociocultural. Através de suas brincadeiras e interações, elas não apenas fortalecem os laços comunitários, mas também preservam e perpetuam a riqueza cultural de suas origens. Assim, as crianças envolvem-se em atividades comuns nas quais a diversão está enraizada nas coisas mais

simples.

Para Santos (2023), por exemplo, a brincadeira na comunidade evidencia a realização de atividades concretas, mesmo quando esse não é o objetivo principal. Ele diz:

> O teatro é fazer as coisas de brincadeira, enquanto a brincadeira na nossa comunidade é a brincadeira de fazer as coisas de fato. Quando a gente brinca de fazer o Reisado, a gente faz o Reisado. Quando a gente brinca de fazer a roça, a gente cresce aprendendo a fazer a roça, a gente brinca de fazer a roça até fazer a roça de verdade. A gente brinca de fazer e faz as coisas, enquanto o povo do teatro brinca de não fazer, ou melhor, faz as coisas de brincadeira e não faz as coisas de verdade (Santos, 2023, p. 14).

Esse ponto é corroborado por Toutonge e Freitas (2022), que destacam o papel fundamental do movimento livre ou acompanhado nas comunidades, proporcionando, assim, às crianças oportunidades de aprendizado e prática de habilidades práticas, a partir da interação com sua cultura e com sua territorialidade, como será apresentado a seguir.

5.2 TERRITÓRIO E AFETOS: A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO NA FORMAÇÃO INFANTIL

A concepção de gratuidade nos espaços para adultos e crianças varia conforme suas perspectivas. Enquanto os adultos encontram gratuidade em lugares específicos, esses mesmos lugares são evitados pelas crianças. Para estas últimas, verdadeira gratuidade é descoberta em espaços como quintais, pomares, sótãos e porões, nos quais a liberdade de exploração é primordial (Toutonge; Freitas, 2022). Esses locais, ricos em mistério e elementos naturais, proporcionam uma sensação de aventura e liberdade, permitindo às crianças experimentar a vida de forma plena.

No território dos quintais, por exemplo, as crianças têm a liberdade de transformar tudo ao seu redor em brinquedo ou brincadeira, revelando sua vasta criatividade. Todo elemento presente na natureza pode ser aproveitado para satisfazer seus desejos e fantasias, enquanto exploram diferentes papéis e atividades. Outrossim, esta liberdade também se estende a atividades físicas, como subir em árvores ou dominar o céu com uma pipa, refletindo a riqueza das experiências infantis.

Segundo Toutonge e Freitas (2022), as crianças não se limitam ao aspecto físico, encontrando significado em atividades simples, como conviver com a terra e sentir os pés no chão. Para elas, espaços como quintais e ruas se tornam cenários essenciais para as brincadeiras em que esse público pode desenvolver suas próprias regras, tempos e grupos, atribuindo significado próprio às suas interações. O enriquecimento dessas brincadeiras

ocorre nos encontros entre pares, que podem torná-las mais simples ou complexas, dependendo das dinâmicas estabelecidas.

Nesse contexto, o ato de brincar é reconhecido como uma expressão cultural e política por Brandão (2005, p.117 *apud* Toutonge; Freitas, 2022, p. 20), pois permite compreender as condições de vida das crianças e sua inserção em contextos reais. Além disso, a cultura de pares, conforme ressaltado por Amaral (2018), não se limita à imitação, mas sim à singular apropriação que as crianças fazem do mundo adulto, reinterpretando-o dentro do universo da cultura infantil, de modo a englobar uma série de elementos produzidos na interação entre elas.

O protagonismo infantil – que gera autonomia e independência – é indispensável para aprender e ensinar, acontecendo no preparo da umbuzada, nos ensinamentos das rezas, dos chás e das misturadas. Diante disso, ressaltamos ainda que a relação entre crianças e adultos no quilombo perpassa uma relação de respeito autoridade, mas sem necessariamente estabelecer uma hierarquia de conhecimentos; eles circulam e podem ser explicados e interpretados por todos os agentes envolvidos em uma conversação.

Nesse sentido, não há aquele que sabe e aquele que não sabe. Há modos de entender diferentes sobre determinado tema e assunto. Assim, é nesse envolvimento de autonomia que a oralidade entra como pilar da identidade infantil para construção e continuidade da sua cultura, como será explicitado adiante.

5.3 CULTURA DE PARES E ORALIDADE: PILARES DA IDENTIDADE INFANTIL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A oralidade nas práticas infantis é essencial para a preservação de modos de vida em comunidades, enraizadas em rituais e tradições únicas, segundo os escritos de Toutonge e Freitas (2022). Assim, a transmissão de experiências e conceitos por meio de narrativas, como histórias e causos, é uma parte intrínseca do dia a dia dessas comunidades, gerando momentos de riso, alegria e conexão emocional tanto verbalmente quanto fisicamente. Além disso, as crianças utilizam uma variedade de formas e meios – incluindo a escrita e a oralidade – para expressar suas visões e emoções, manifestando-se, também, por meio de desenhos, perguntas e outras formas, como a brincadeira.

A relação entre crianças e adultos no quilombo perpassa uma relação de respeito autoridade, mas sem necessariamente estabelecer uma hierarquia de conhecimentos, eles circulam e podem ser explicados e interpretados por todos os agentes envolvidos em uma

conversação.

Os autores Pereira e Nascimento (2011) destacam, ainda, a importância da tradição oral na sociologia da infância ao evidenciar o papel ativo das crianças em comunidades tradicionais na transmissão e renovação dos elementos culturais. Os estudiosos ressaltam a intensa interação educativa entre as crianças e os mais velhos – responsáveis por transmitir os conhecimentos ancestrais, permitindo, desse modo, que as crianças participem ativamente na disseminação e transformação desses conteúdos culturais. Acerca disso, Amaral (2018) complementa essa visão ao discorrer sobre a reprodução cultural das infâncias, enfatizando que elas não apenas absorvem a cultura, mas também desempenham um papel ativo nas mudanças culturais.

Amaral (2018) utiliza o termo "interpretativa" para descrever essa participação inovadora das crianças na sociedade, destacando que essas contribuem para a criação e desenvolvimento da cultura de pares por meio da interação com adultos. Portanto, a cultura de pares não se restringe à mera imitação; as crianças reinterpretam de forma singular os elementos do mundo adulto para adaptá-los à sua própria cultura, caracterizada por uma variedade de rotinas, atividades, artefatos, valores e interesses que emergem das interações entre elas, em conformidade a Amaral (2018, p. 21).

Segundo Silva (2011, p. 55), a "...legitimidade da identidade da criança quilombola carrega os parâmetros de sociabilidade, as formas de reprodução social constituída e a sua interação com o meio em que vive." Essa citação sublinha a complexidade da identidade infantil, especialmente em contextos específicos como o quilombola, nos quais fatores socioculturais e ambientais desempenham papéis fundamentais na formação da criança e na sua forma de produzir cultura, enquanto agente ativo no processo, como será explicitado por conseguinte.

5.4 AFRO-PERSPECTIVISMO: A CRIANÇA COMO AGENTE CULTURAL E SOCIAL

Quando nos referimos à cultura, estamos abordando um domínio no qual toda a sociedade está envolvida na elaboração de símbolos e seus significados, práticas e valores, estabelecendo suas próprias concepções de possível e impossível, a trajetória temporal (passado, presente e futuro), as distinções dentro do espaço, os conceitos de verdade e falsidade, beleza e feiura, justiça e injustiça, a compreensão da lei e, consequentemente, do permitido e do proibido, assim como a interação com o visível e o invisível, o sagrado e o profano.

Nessa perspectiva, destacamos que todos esses elementos contribuem para a formação da cultura em sua totalidade. Compreendemos a cultura em sua amplitude, incluindo as atividades dos grupos humanos, a transmissão de valores dos mais velhos para os mais jovens e a disseminação das normas comportamentais e práticas (Spindola, 2007).

Com isso, entende-se que a cultura infantil emerge da interação entre crianças com o mundo e também da interação dessas crianças com as culturas estabelecidas pelos adultos, como destacado por Silva (2015). À medida que a criança imagina e explora o mundo ao seu redor, está simultaneamente redefinindo sua própria identidade em um processo de transformação recíproca. Nesse contexto, as crianças não são meramente consumidoras de cultura; elas desempenham um papel ativo na criação e na preservação das formas culturais.

Nessa ótica, essa produção cultural infantil não requer necessariamente a intervenção de adultos para ser transmitida e mantida. Manifestações como as brincadeiras infantis e os brinquedos improvisados – como piões e carrinhos feitos de tampinhas de garrafa de refrigerante – destacam-se como elementos cruciais nesse processo (Silva, 2015). Além disso, a linguagem das crianças, incluindo gestos, palavras e padrões de comunicação, desempenha um papel fundamental na constituição das culturas infantis. Assim, compreendemos esse processo como a geração de uma linguagem simbólica especial, na qual as crianças transformam-se em protagonistas no processo de produção de cultura.

A compreensão da cultura infantil como construção resultante das interações entre crianças e o ambiente adulto oferece *insights* significativos para a compreensão do desenvolvimento infantil. Essas interações são, por sua vez, dinâmicas e multifacetadas, influenciando a formação de identidades, valores e comportamentos nas crianças.

Outrossim, percebe-se que a interação da criança com seu ambiente não é apenas uma experiência externa, mas também um processo interno de autoconhecimento e desenvolvimento. Nessa seara, ao explorar e interpretar o mundo ao seu redor, a criança não apenas cria novas realidades, mas também molda sua própria compreensão e identidade, destacando a importância da interação ativa e criativa na construção das culturas infantis.

Em acréscimo, Santos (2023) retrata, a partir de suas vivências, como esse processo ocorre no quilombo:

> Fui criado brincando de fazer o que os mais velhos faziam. Eles passavam o dia no engenho produzindo rapadura, melaço, batida e beneficiando a cana-de-açúcar com tração animal. Nós, crianças, fazíamos a mesma coisa, de brincadeira. Brincávamos de farinhada e moagem, de fabricar engenho e produzir, só que os

> nossos bois não eram bois vivos, eram bois artesanais. Eram frutos que podíamos aproveitar, madeira do mandacaru que esculpíamos. Brincávamos de ser adultos, de fazer o que os adultos faziam. E assim aprendíamos a fazer tudo. Mas também brincávamos nos festejos feitos a partir da arte local, da arte do nosso povo (Santos, 2023, p. 24).

Sendo assim, Santos (2023) evidencia a capacidade que as crianças têm de construir e organizar seus próprios entendimentos do mundo. Embora as influências sociais e culturais possam variar amplamente, todas as crianças demonstram uma capacidade intrínseca de atribuir significado e criar estruturas de compreensão que refletem sua própria visão única da realidade. Isso sublinha, portanto, a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de perspectivas infantis, bem como de promover ambientes que apoiem o desenvolvimento dessa habilidade natural de significação.

Ao adotarmos essas concepções sob a ótica da afro-perspectividade, percebemos que a criança – ao observar os adultos – não apenas absorve elementos culturais, como também os reinterpreta e os refaz de acordo com sua própria compreensão e experiência. Nesse processo, ela não é apenas uma receptora passiva de cultura, contudo uma criadora ativa, contribuindo para a renovação e reinvenção constante das práticas culturais. Esse contexto reflete a natureza dinâmica e fluida da cultura africana, na qual a transmissão de conhecimento e valores ocorre de maneira orgânica e participativa, permitindo, ainda, que cada geração deixe sua marca única no tecido cultural.

6 **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta seção, abordamos os processos implicativos e a produção das análises e discussões resultantes da observação e análise do diário de campo. Inicialmente, realizamos a contextualização da pesquisa, seguida pela apresentação do território de pesquisa. A posteriori, analisamos as categorias que emergiram durante a vivência de campo.

6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Os resultados e discussões apresentadas, neste estudo, são provenientes da participação da autora desta monografia na pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) intitulada “Itinerários Terapêuticos de Saúde Mental em uma Comunidade Quilombola do Agreste de Alagoas”, sendo desenvolvida no período 2021 a 2023. Durante esse tempo, foram exploradas duas temáticas distintas: “Encontro entre saberes e práticas de cuidado em comunidades quilombolas na produção de saúde” (2021-2022) e “Identidade quilombola, infância e processos de saúde: possibilidades para habitar o território” (2022-2023).

A seleção da comunidade quilombola para participação na pesquisa seguiu critérios rigorosos considerando: sua localização na região do agreste alagoano, a presença de infraestrutura de saúde e educação no território, bem como a ativa participação em uma associação remanescente de quilombos. Dentro deste contexto, a Comunidade Poço-do-lunga, situada na zona rural do município de Taquarana - AL, emergiu como o campo de pesquisa mais adequado.

A população participante deste estudo incluiu moradores quilombolas, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, residentes na referida comunidade, os quais consentiram em participar da pesquisa e que haviam vivenciado situações de sofrimento mental. Ainda nesse sentido, os critérios de exclusão foram a recusa em integrar o estudo e a presença de condições médicas ou psicológicas que impossibilitaram a participação.

Além disso, os critérios para suspensão ou encerramento do estudo foram estabelecidos, incluindo a falta de consentimento da comunidade para participação na pesquisa e a impossibilidade de realizar entrevistas com os pesquisados. Esses parâmetros garantiram a integridade e a ética da pesquisa, assegurando uma abordagem sensível e respeitosa às experiências e necessidades da comunidade quilombola investigada.

Na condução desta investigação no quilombo, os pesquisadores adotaram o método

de análise de cenas da vida cotidiana. Este método enfatiza a importância de compreender tanto o cenário físico quanto o cultural que compõem cada cena observada (Roese *et al*., 2006 *apud* Barbosa, 2023, p.16). Ao analisar as cenas, os pesquisadores buscaram desvelar os significados intersubjetivos dos elementos presentes, como ações, palavras e ambiente, em relação ao contexto geral da pesquisa. Assim, essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão mais aprofundada das experiências e perspectivas dos sujeitos estudados, em articulação com o tema principal da investigação, tomando por base Barbosa (2023).

6.2 COMPREENDENDO O TERRITÓRIO EM FOCO

A comunidade Poços-do-lunga, situada no município de Taquarana - AL e pertencente à região agreste de Alagoas, recebe este nome por conta do rio que margeia o território. Os mais antigos moradores da comunidade relatam que o rio recebe o nome de Lunga devido às árvores homônimas que prosperavam nas suas margens, emitindo delicadas flores brancas que adornavam suas águas durante as enchentes. Na comunidade, a vegetação típica da caatinga domina o território e e dela emergem alguns pés de frutas ao longo do ano, sendo o pé de Umbu particularmente significativo.

Barbosa (2023) relata que, segundo uma liderança da comunidade, Dona Tonha, o Umbuzeiro é descrito como “centenário”, com mais de 180 anos de idade. Ele foi enaltecido como a figura materna da comunidade, responsável por prover alimento, abrigo e sustento para muitos dos membros e seus antepassados, e continua a desempenhar esse papel até os dias atuais. O Umbuzeiro, com seus galhos amplos e retorcidos, é quem recebe os visitantes e moradores, e, no passado, já foi utilizado como escola, para celebrar missas e até casamento. Entretanto, no ano 2023, após uma tempestade, a árvore veio a tombar, encontrando-se, atualmente, de forma inclinada com seu tronco e galhos tocando o chão.

Na extensão do quilombo, encontra-se, também, uma cooperativa feminina de processamento de frutas, na qual são produzidas geleias de umbu e outras frutas. Nessa ótica, salientamos que os moradores contribuem para a produção das geleias, plantando árvores que dão frutas pela área da comunidade, visando fazer polpas, doces e geleias na cooperativa. Essa cooperativa foi erguida graças aos esforços da liderança atual da comunidade, objetivando proporcionar renda para as mulheres quilombolas de Lunga. Ainda no território, há uma instituição educacional destinada a jovens e adultos que opera de forma regular, servindo, também, de local para reuniões, ensaios de celebrações e até de

acomodação em casos necessários.

Além disso, há um espaço sagrado conhecido como Palácio de Ogum, segundo Barbosa (2023). Ele é visto como uma plataforma que facilita a criação de laços comunitários e solidariedade entre os seres humanos e não humanos da região, assim como com o próprio ambiente. Dentro desse contexto, são empregadas práticas ancestrais e métodos da medicina tradicional, transmitidos oralmente ao longo de gerações e influenciados pela interação com os seres encantados. Essas práticas reconhecem nas plantas e ervas locais não apenas seus benefícios curativos, mas também sua conexão com as forças espirituais presentes na comunidade, segundo Barbosa (2023). O ápice das festividades na comunidade ocorre na data 15 de agosto durante a celebração do "Meados de agosto", em honra à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – a padroeira local.

Em acréscimo, a comunidade é composta por, aproximadamente, 200 famílias, cuja principal atividade econômica é a agricultura de subsistência, envolvendo cultivos como milho, mandioca e feijão andú para consumo próprio, sendo esse tipo feijão também direcionado para a feitura do café utilizado pelos moradores. Além disso, as famílias criam animais como gado, porcos, ovelhas, galinhas e guinés, alimentando-os com plantações de palma em seus próprios terrenos.

Em relação à saúde, embora não haja uma Unidade Básica de Saúde em Poços-do-lunga, a comunidade é assistida por agente comunitário de saúde, que promove o acompanhamento, buscando a prevenção de doenças. Neste sentido, o conhecimento transmitido ao longo das gerações, a forte coesão comunitária entre os habitantes e o espaço dedicado à prática da umbanda são os únicos recursos disponíveis para cuidados dentro da área. Assim, os quintais dos moradores são farmácias naturais, fornecidas com plantas medicinais para tratar uma variedade de condições, tanto físicas quanto espirituais. Apesar de serem valiosos e eficazes, eles não conseguem resolver certos problemas que exigem intervenção médica.

6.3 DESCONHECIMENTO E SEGREGAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

No contexto quilombola, assim como entre os Guarani, reconhece-se a autonomia da criança como um aspecto fundamental a ser respeitado (Tassinnari, 2007, p.14 *apud* Noguera; Barreto, 2018, p.632). Assim, o protagonismo infantil emerge como elemento central na construção da independência e autonomia das crianças, refletindo um paradigma

similar ao observado entre os Guarani, entre os quais a criança é considerada um ser de fato, dotado de um espírito a ser cativado para permanecer na terra.

Nesse sentido, desde os primeiros anos de vida, as crianças quilombolas são incentivadas a explorar o território, visitar familiares e circular pela comunidade de forma independente, estabelecendo, com efeito, uma relação íntima com o ambiente natural e as figuras espirituais que permeiam seu cotidiano. Nesse contexto, as relações entre crianças e adultos são marcadas pela horizontalidade, em que o conhecimento é compartilhado de maneira recíproca, permitindo que ambos os grupos aprendam uns com os outros, como foi percebido durante esse momento, relato:

> Nos finais da tarde, quando estávamos voltando para a casa da liderança, uma das crianças nos seguiu pela estrada em sua bicicleta, ela seguia em nossa frente, as vezes voltada ao nosso encontro, e assim foi o percurso todo, entre as idas e vindas, ela mostrava seu domínio com as nuances do território, com os moradores. Durante o caminho ela sorria com um pouco de vergonha, mas em nenhum momento se sentiu intimidada (Diário de Campo).

Após vivenciar a autonomia e o protagonismo infantil em ação durante o nosso trajeto de volta à casa da liderança quilombola, é inegável a importância desses valores na formação das crianças dentro dessa comunidade. Dessa maneira, acompanhar uma criança quilombola conduzindo sua bicicleta pelas estradas familiares, demonstrando seu conhecimento do território e interagindo com os moradores, foi uma experiência reveladora. Durante todo o percurso, ela não apenas nos guiou, mas também compartilhou conosco sua intimidade com o ambiente e sua comunidade. Assim, foi notório em seu semblante uma sensação de orgulho e conexão com suas raízes. Sua expressão tímida, porém, confiante, refletia a naturalidade com que as crianças quilombolas exploram e se relacionam com o mundo ao seu redor, reforçando a horizontalidade nas relações entre gerações e o constante aprendizado mútuo entre crianças e adultos.

Após refletir sobre o relato presente no diário de campo, fica claro que a relação de autonomia e horizontalidade não é apenas uma questão contemporânea, contudo algo que tem raízes profundas na comunidade desde sua formação, conforme podemos ver a seguir:

> Durante uma conversa casual na cozinha, enquanto esperávamos pelo almoço, a liderança compartilhou uma experiência pessoal. Ela explicou que desde os seus seis anos de idade começou a compreender algo que sua avó transmitia. Naquela época, os ensinamentos da avó pareciam demasiadamente complexos para a sua compreensão infantil, porém ela persistia em ensinar. Com o passar do tempo, a liderança começou a perceber que os conhecimentos transmitidos se revelavam gradualmente, conforme ela amadurecia. O que sua avó compartilhou aos seis anos continuava a ressoar em sua memória até os dias atuais. Essa experiência

> levou-a a compreender que a intenção da avó era que esses conhecimentos fossem internalizados ao longo do tempo, para que, quando chegasse o momento certo, ela pudesse compreender plenamente e transmitir adiante o legado do que lhe foi ensinado (Diário de Campo).

Esse relato ilustra a importância da transmissão de saberes de forma paciente e contínua, bem como a valorização da autonomia e da horizontalidade na construção do conhecimento e da identidade comunitária. Segundo Chaveiro e Minella (2021), uma abordagem afro-perspectivista da infância como forma de desafiar o epistemicídio e promover a descolonização do pensamento. Destarte, esta perspectiva abre espaço para diversas interpretações da realidade, baseadas em visões pluriversais que questionam as normas impostas por uma sociedade moldada pelo eurocentrismo colonialista.

Em contraposição à lógica colonial – que frequentemente perpetua a dominação dos adultos sobre as crianças –, as crianças, nos quilombos, têm a oportunidade de explorar e compreender o mundo de maneira autêntica, desenvolvendo sua própria autonomia e estabelecendo relações pautadas pelo respeito mútuo. Noguera e Barreto (2018) destacam, por exemplo, que a infância nos remete à imponderabilidade da existência, lembrando-nos de que nem mesmo o conhecimento ou a tecnologia podem garantir proteção absoluta contra eventos como catástrofes naturais. Nas comunidades quilombolas, esse processo de construção do conhecimento é enraizado na resistência, buscando afastar-se das estruturas de poder dominantes.

6.4 ESTRUTURA DE PODER E RESISTÊNCIAS: DINÂMICAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES

A partir da análise de Chaveiro e Minella (2021), propõe a ideia de projetos existenciais baseados em infâncias decoloniais, que funcionam como formas de resistência contra a colonialidade do poder como paradigma epistêmico dominante (Quijano, 2005). Segundo Noguera (2019b), as infâncias decoloniais em afroperspectivas representam desafios políticos e existenciais que não se preocupam com o progresso ou desenvolvimento tradicionais, mas sim com a reconexão e com uma experiência lúdica e relacional com o mundo. Este afastamento da dimensão brincante da infância ao nos tornarmos adultos é visto como uma barreira significativa para a criação de novos modos de vida. Além disso, a população negra, incluindo suas crianças, continua inserida em uma lógica de colonialidade do poder, cujo objetivo é a subordinação dos povos colonizados para manter a hegemonia cultural, política e econômica dos colonizadores (Quijano, 2005), conforme destacado por Chaveiro e Minella (2021).

Sobre a primeira imersão na comunidade quilombola Poços-do-lunga, temos um trecho do diário de campo:

> A primeira imersão na comunidade foi feita a partir da recepção de crianças. Em suas bicicletas acompanharam o trajeto e ao observar de longe, viram a descida do carro e a entrada na casa da liderança. E assim, antes de observar a comunidade, fomos objetos de sua observação e descoberta. Eles seguiram à nossa frente e no pé de umbu eles descansaram, alguns ficaram em sua bicicleta e outros subiram nas árvores. observando nossa descida do carro (Diário de Campo).

Enquanto observávamos as crianças brincando nas árvores e descansando sob a sombra do umbu, ficou claro que essa experiência lúdica e relacional com o mundo é essencial para a criação de novos modos de vida que desafiam as normas impostas pelo paradigma dominante. Nesse sentido, a nova descoberta da infância dá-se por essa movimentação dos pequenos; em poucos minutos, toda a comunidade já tinha conhecimento de nossa chegada. Aquelas crianças estavam evidenciando para os pesquisadores que, naquele espaço, busca-se construir-se na ausência de uma estrutura social de poder. Observemos o trecho:

> As crianças contaram sobre nossa chega para toda a comunidade a partir da sua perspectiva e a comunidade ouviu. A fala das crianças não foi posta em um local de desconfiança. Logo quando andávamos pelas casas as pessoas relataram: 'Os meninos falaram chegou um povo novo, diferente… ali' (Diário de campo).

A vivacidade das crianças revelou não apenas sua agilidade física, mas também a rapidez com que se difundem informações dentro da comunidade. Em questão de minutos, todos estavam cientes de nossa presença, graças aos relatos entusiastas das crianças. Este episódio ilustra, de maneira poética, a dinâmica social única que se desenvolve na ausência de estruturas de poder convencionais. A voz das crianças – embora muitas vezes negligenciada – demonstra uma verdade inerente que é reconhecida e valorizada pela comunidade, como testemunhado pelos relatos das pessoas locais sobre a chegada de "um povo novo, diferente". Este encontro revelou não apenas a importância de dar voz aos mais jovens, mas também a riqueza e a complexidade das relações humanas quando se libertam das amarras do poder institucionalizado.

De acordo com Chaveiro e Minella (2021), crianças que expressam o desejo de liberdade em relação aos padrões estéticos eurocêntricos podem desenvolver uma autonomia mais robusta para resistir às influências coloniais, evitando, assim, a internalização dessas máscaras sobre a identidade negra, um fenômeno que, segundo Fanon (2008), tem sido observado na diáspora desde a infância.

Ademais, na comunidade, a movimentação nas relações leva ao ato de ver as ações cotidianas acontecendo, gerando aprendizagem. Em meio às brincadeiras que permeiam seus dias, fica evidente que o profundo conhecimento que possuem sobre sua própria comunidade é fundamental para a reinvenção constante de suas experiências cotidianas.

Essas crianças, envoltas por um contexto cultural rico e específico, criam um universo de atividades que refletem não apenas suas próprias identidades, mas também os valores e tradições de sua comunidade, conforme podemos visualizar no relato:

> Durante o movimento de ser pesquisadora e ser o objetivo de pesquisa das crianças, pude observar como as crianças se agrupavam naturalmente, mergulhando em brincadeiras que fazem parte de sua cultura infantil. Desde brincadeiras clássicas, como bola de gude e futebol, até atividades mais específicas da região, como a colheita de alimento para os animais, notei que as crianças encontram formas de se divertir e interagir sem que a competição ou a exclusão sejam os principais objetivos (Diário de Campo).

Diante do exposto, é notável como as crianças quilombolas – ao reinventarem seu dia a dia por meio das brincadeiras – criam momentos singulares que refletem não apenas sua própria individualidade. Elas refletem, ainda, a riqueza e a vitalidade de sua cultura comunitária e da sua produção de saber, que influencia de forma direta na criação de resistência, a partir de uma dinâmica social, como será explicado a seguir.

6.5 QUILOMBO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE SABER E CUIDADO: FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA

Noguera (2019a) destaca que a afro-perspectividade transcende a simples percepção do mundo, integrando todas as sensações sensoriais para uma compreensão mais completa. Essa abordagem visa reconectar-se com a infância por meio de espiritualidades e políticas, explorando caminhos que integram os sentidos de forma sinestésica. Assim, é uma transmissão fluida de conhecimento e seu significado sagrado, podendo ser visualizada a seguir:

> Estávamos sentados na frente do palácio de Ogum, em cadeiras verdes com o sol frio do final da tarde; uma das pesquisadoras do grupo saiu do espaço com uma folha na mão contendo uma lista de ervas, que seria utilizada para tomar banhos e fazer chá. Sem que percebêssemos, o pai de santo, com um olhar, direcionou sua filha de 9 anos a pegar a folha. Nesse movimento rápido, a criança pegou a folha e correu para o quintal; em poucos minutos, ela retornou com uma sacola em mão com tudo que havia por escrito (Diário de Campo).

É possível refletir sobre como a afro-perspectividade, conforme discutida por

Noguera (2019b), manifesta-se de forma tangível. A cena da criança recebendo a lista de ervas e, com uma agilidade natural, indo buscar os itens necessários, ressalta a conexão intrínseca entre os sentidos, a espiritualidade e a ação política. A criança, sem hesitação, integra-se a orientação, seguindo os passos indicados pelo pai de santo, revelando, outrossim, uma compreensão profunda e instintiva da importância desses gestos. Essa interação sinestésica entre a criança, as ervas e o ambiente circundante demonstra como a afro-perspectividade não apenas amplia a percepção do mundo, mas também a incorpora plenamente em uma prática sagrada e consciente.

Em adição, destacamos que o cuidado dedicado à infância na comunidade é reflexo de um compromisso profundo com a saúde, evidenciado pelo conhecimento das plantas locais e sua utilização para o bem-estar das crianças. Esse cuidado, compartilhado por todos os membros da comunidade, reforça o suporte social e familiar, enriquecendo uma abordagem holística da saúde infantil, a qual considera não só os aspectos físicos, como também os sociais e culturais.

Há um provérbio africano que diz "é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança". Essa expressão ressalta a importância da comunidade como um todo no processo educativo das crianças. Para Noguera (2019b), a singularidade da infância é um período de extraordinária importância no qual cada momento se revela único, mesmo dentro da aparente rotina do cotidiano. O autor argumenta, ainda, que essa fase da vida não só estimula a reinvenção do mundo que nos cerca, mas também promove a internalização e a participação ativa nas práticas culturais.

Desse modo, a infância se torna um período crucial para a preservação e reinterpretação das tradições ao longo do tempo, garantindo sua relevância para as gerações futuras e para a perenidade dos conhecimentos e da conexão com o território. Em resumo, o cuidado e a atenção dedicados à infância dentro da comunidade não só moldam o desenvolvimento das crianças, como também fortalecem os laços sociais, culturais e familiares – esses essenciais para a coesão e a resiliência da comunidade como um todo.

Contudo, o papel das crianças transcende a mera absorção de conhecimento teórico; elas se transformam em protagonistas ativas na interação com o ambiente ao seu redor. Esse envolvimento não apenas conduz ao desenvolvimento de uma linguagem simbólica própria, todavia fortalece os laços sociais e culturais, promovendo um senso de pertencimento e identidade.

6.6 A INFÂNCIA E SEU PAPEL NO TERRITÓRIO: VIVÊNCIAS E DESAFIOS

Segundo Noguera (2019a), nas culturas biointeracionistas, as crianças são valorizadas por sua capacidade de viver plenamente no presente, ao contrário de serem vistas apenas como futuros adultos em potencial. Essa perspectiva se alinha com as observações feitas em comunidades quilombolas, nas quais as crianças estabelecem uma conexão profunda e significativa com o território em que vivem. Dessa maneira, essa relação transcende a mera localização geográfica, tornando-se um elo fundamental para a construção de sua identidade e experiências de vida. O território – influenciado pelas vivências e interações das crianças – não apenas molda suas infâncias, contudo, também, é moldado por elas, contribuindo para a formação e o significado desse espaço, de acordo com o relato:

> Estamos sentados na frente ao palácio de Ogum, esperando alguns dos membros do grupo se consultarem com o pai de santo, quando um menino chega falando para os filhos do pai de santo, que um pé de seriguela tinha tombado com o peso dos frutos; em poucos segundos, as crianças subiram em uma moto e saíram com uma grande sacola. Antes mesmo de as consultas acabarem, as crianças retornam com a sacola cheia, contando como o pé que está cheio de fruto e todos estavam aproveitando… Ganhei uma seriguela e pude voltar à infância, quando no final da tarde sentava junto a outras crianças do sítio para comer com sal (Diário de Campo)

Após a descrição do cotidiano vivenciado junto à comunidade quilombola, é possível perceber a riqueza das relações estabelecidas entre as crianças e o ambiente que as circunda. O relato evidencia não apenas a interação das crianças com a natureza e os recursos disponíveis, como, ainda, a forma como elas se inserem ativamente na dinâmica do território, participando ativamente da vida comunitária. A atitude rápida e colaborativa das crianças diante da queda do pé de seriguela ilustra não somente sua conexão com a terra, mas também a valorização e utilização dos recursos locais de forma sustentável. Assim, notamos que essa interação entre as crianças e o ambiente enriquece suas vivências individuais, além de contribuir, incisivamente, para a construção de uma identidade coletiva enraizada nas tradições e na relação harmoniosa com a natureza.

Atrelado a isso, a interação contínua com o ambiente natural ensina as crianças sobre a terra e seus recursos, bem como sobre os valores, as tradições e os estilos de vida herdados de gerações anteriores. As crianças quilombolas, portanto, não são simples observadoras passivas de seu entorno; são, pois, participantes ativos que, por meio de suas brincadeiras, interações sociais, conhecimentos transmitidos oralmente e práticas culturais, impactam significativamente o ambiente físico e simbólico ao seu redor. Da mesma forma,

o ambiente exerce uma influência determinante sobre elas, formando suas identidades, valores e visões de mundo. Com efeito, esse vínculo recíproco entre as crianças e o território enfatiza a necessidade de valorizar suas experiências e conhecimentos como elementos cruciais na preservação cultural e ambiental do seu território.

6.7 INFÂNCIA E ESPIRITUALIDADE NO TERREIRO

Para Noguera (2019b), a infância desempenha um papel fundamental nas dimensões espiritual e política, marcando uma fase da vida humana rica em experiências espirituais curativas e engajamento em ações políticas transformadoras e democráticas. Nesse sentido, essa etapa é vista como essencial não só para o alcance de uma plenitude espiritual individual e coletiva, mas também como chave para enfrentar de maneira eficaz crises políticas severas. Através da concepção afroperspectivista, o autor eleva a infância a um estado existencial crítico, cuja essência é vital e não deve ser perdida, haja vista ser nesse período que a espiritualidade alcança seu apogeu. A habilidade de se maravilhar com o cotidiano – percebendo o extraordinário no ordinário – é identificada como uma capacidade transformadora intrínseca à infância, que permite uma reimaginação da realidade de formas criativas e inovadoras.

Complementando essa visão, os terreiros de Candomblé surgem como espaços físicos, culturais e espirituais nos quais as crianças encontram uma arena de expressão e participação ativa. Sua interação nesse contexto, caracterizada por danças, risos e a absorção do ritmo, destaca a maneira como elas são integradas e valorizadas nessas comunidades.

Evidenciando o exposto nas linhas anteriores, temos o relato:

> Durante a noite em que estive presente no palácio de Ogum, havia uma criança presente. Ele dançou muito, deu muitas risadas e brincou até o final. No dia seguinte, perguntei a uma moradora quem era aquele menino e ela respondeu: ‘é o filho do meu pai…é danadinho e ele se apaixonou por xangô. Se ele pudesse, ele queria todo dia. Ele dança em casa, dança e canta o dia todo… e a mãe dele se estressa. Aí ele canta as músicas, viu?’ Ele olhava as pessoas e as observava para depois tentar reproduzir o que via (Diário de Campo)

Nessa perspectiva, esse engajamento infantil nos terreiros não somente proporciona um sentido de pertencimento e autenticidade, mas também desempenha um papel crucial na preservação e transmissão de tradições e valores culturais de uma geração para a outra. Destarte, o ambiente do terreiro – ao reconhecer e aplaudir a expressão das

crianças – enriquece o tecido cultural e reafirma a importância da infância como um período de exploração e expressão da identidade cultural. Observemos o trecho:

> Durante o momento com Erês, as crianças estavam no meio da roda e os brinquedos, as crianças puxavam os brinquedos dos erês, buscando encrencar os erês; esses, chateados, faziam cara triste e iam atrás de seus brinquedos. Estava observando a cena e rindo, o erês e a crianças pareciam saber que, entre as suas risadas e as caras emburradas, se estabelecia algo (Diário de Campo).

Diante disso, o engajamento das crianças nos terreiros não apenas fortalece o seu senso de pertencimento e autenticidade, todavia desempenha um papel vital na preservação e transmissão das tradições e valores culturais de uma geração para a próxima. Ao participarem ativamente das atividades rituais, as crianças, além de se conectarem com suas raízes culturais, também contribuem para a renovação e continuidade dessas tradições. No ambiente do terreiro, onde suas expressões são reconhecidas e valorizadas, as crianças encontram um espaço para explorar e expressar sua identidade cultural de forma livre e autêntica.

Durante um momento de interação com os Erês, pudemos observar como as crianças se envolviam na brincadeira, puxando os brinquedos dos espíritos infantis em um gesto de travessura. Mesmo diante das expressões de descontentamento dos Erês, havia um entendimento tácito entre risadas e caretas, uma troca que transcendia as palavras e reforçava os laços entre as crianças e a espiritualidade do terreiro. Esse episódio ilustra a dinâmica única que se estabelece entre as crianças e os elementos sagrados, ressaltando, outrossim, a importância desse engajamento para a vivacidade e continuidade das tradições religiosas afro- brasileiras.

Segundo Noguera (2019b), os conflitos atuais não são motivados por uma descrença em um futuro melhor, mas por uma convicção nas múltiplas perspectivas que confirmam uma verdade inegável: o futuro é, de fato, agora. Outrossim, esta visão é sustentada pela noção de que as crianças simbolizam não apenas o futuro, mas, também, o presente e, de maneira simbólica, o passado – já que todos os adultos foram crianças em algum momento. A infância é apresentada, portanto, como um elo contínuo e vital entre o passado, o presente e o futuro, enfatizando sua importância não somente nas esferas espiritual e cultural, contudo, também, como uma força transformadora na sociedade.

6.8 VIVÊNCIAS DA PESQUISADORA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CAMPO

Sou residente de uma comunidade rural próxima a uma etnia indígena, os Tingui-

Botó. Desde que entrei na graduação, tinha interesse em trabalhar com a infância em comunidades tradicionais, principalmente pela proximidade que tinha com a temática. Sou tia de uma criança indígena, então, durante muito tempo fiquei fascinada em observar como ela se relacionava com o mundo.

Durante o 1º período da faculdade, o primeiro trabalho extracurricular que desenvolvi foi na comunidade quilombola Tabacaria – situada na cidade de Palmeira dos Índios - AL. Durante a conversa com a rezadeira e curandeira da comunidade, fiquei fascinada e instigada a direcionar todas as minhas perguntas para conhecer como era a relação das suas netas com o seu trabalho de cura, não obstante saber que esse não era o objetivo do trabalho.

Somente no 3º período, no ano 2020, veio o meu primeiro contato com a infância a partir da disciplina de *Psicologia do Desenvolvimento 1*. Através dela, assisti ao documentário "A invenção da infância", de Sulzbach (2000). Por meio desse documentário, tive contato com o conceito de *infância* enquanto uma construção social profundamente moldada pelos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais nos quais as crianças estão inseridas.

No mesmo ano, no auge da pandemia, fui apresentada ao Professor Saulo Luders, até então, ainda professor da Unidade Educacional Palmeira dos Índios. Entrei em seu grupo de pesquisa, iniciando, assim, meus estudos relacionados às comunidades tradicionais, a partir da leitura de texto e encontros quinzenais para discussão. No ano seguinte, em 2021, recebi o convite para participar da pesquisa, que estava acontecendo de forma remota.

Com a diminuição dos casos de *Covid-19*, as atividades começaram a retornar e, no ano 2022, aconteceu minha primeira imersão no campo de pesquisa. Nesse momento, notei como o cotidiano dos moradores se assemelha muito ao meu, assim como o território. Desse modo, em diferentes momentos, me percebi no outro; o comum tornou-se novo, algo que, mesmo já vivido, torna-se revivido na presença do outro. A vida como reinvenção e possibilidades de experimentar o comum, o partilhado e o construído, no uso das plantas que são colhidas no quintal; as rezas cantadas que modelam os movimentos corporais durante os afazeres domésticos, um ambiente de tranquilidade onde se consegue ouvir o outro, os pássaros e até o canto da cigarra no entardecer. Todas as coisas apresentadas anteriormente eram tão comuns, que tinham perdido seu sentido e sua riqueza. Ao me locomover pela comunidade, todas as coisas se fizeram novas, cheias de simbolismo e relevância.

Aliado a isso, destaco que esta experiência transcendeu os limites de uma simples imersão em pesquisa, transformando-se em uma jornada de imersão na vida cotidiana de uma comunidade quilombola. Desse modo, foi uma oportunidade ímpar de interação e compreensão das diversas nuances que compõem a cultura e a existência dessas comunidades historicamente marginalizadas. Ademais, objetivei desenvolver uma pesquisa que buscasse demonstrar, a partir da observação e dos relatos de adultos, como as crianças quilombolas ocupam e compreendem suas formas de expressão, que estão nos quintais, no terreiro, nas possibilidades de viver e reinventar o território.

A partir da fala, do agir, das formas de se relacionar socialmente estas crianças emergiram nas vozes dos adultos. Assim, estou decidida que pesquisar sobre infâncias principalmente em contextos tão pouco conhecidos, como os quilombos – e ampliar a compreensão da promoção da saúde é uma tarefa de inventar o olhar da Psicologia aos territórios, não enquanto um lugar dado, mas um espaço em construção; é ampliar a concepção das diversas formas humanas de se relacionar e construir conhecimentos. Nesse sentido, justamente por perdemos o encanto de perceber a autonomia infantil, refere-se à produção da cultura infantil. Inúmeras vezes concebemos a infância a partir de conceitos já pré-concebidos, entendendo que, se conheceu uma criança, já conhece e entende, então, todas. Em adição, destaco que a infância vivida na comunidade por aquelas crianças é única, potencializadora.

Depois dessas imersões em campo e das discussões subsequentes, comecei a perceber que, por vezes, durante a graduação, parecia que estava criando uma Psicologia que não existia. Principalmente quando entrei no campo de estágio, por vezes só queria sentar no chão e me relacionar com aquela criança como igual. Queria, pois, poder trocar conhecimento com ela e aprender as possibilidades distintas que ela havia inventado para observar e vivenciar aquele espaço.

Entretanto, me deparava com a necessidade de solucionar uma demanda imediata, com a urgência de encarar o desenvolvimento como algo iminente e urgente. Por vezes, pensei que a Psicologia que eu fazia não se encaixava na academia. Porém, a escrita deste Trabalho e Conclusão de Curso me lembrou como essa trajetória acadêmica foi complicada para mim. Inúmeras vezes estava prestes a desistir do curso e as idas para a comunidade me lembravam do meu objetivo, das coisas que faziam sentido. Senti-me, então, abraçada e com vontade de continuar. Dessa maneira, tenho certeza que a imersão no projeto de pesquisa foi o que fez a minha graduação continuar existindo.

Somado a isso, ressalto, ainda, que, ao construir este trabalho com base em minhas

vivências na comunidade quilombola Poços-do-Lunga, estou não apenas ocupando um espaço acadêmico, contudo, também, respondendo a ele. Como pesquisadora negra, percebo minha atuação como uma oportunidade de difundir saberes para além dos limites territoriais da comunidade, mantendo sua essência na construção do conhecimento compartilhado. Este trabalho se posiciona, portanto, como uma ferramenta de enfrentamento ao colonialismo. Ao contribuir para a ampliação do alcance desses saberes, estou desafiando as estruturas opressivas que historicamente silenciaram e marginalizaram comunidades quilombolas.

7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo revelou que, nas comunidades quilombolas, a infância é abordada de maneira especial: enquanto se valoriza o direito das crianças de brincar e frequentar a escola, também são incentivas a refletirem sobre sua realidade. Como visto, as crianças desempenham papéis de destaque em várias atividades comunitárias e são agentes ativos na preservação e construção da cultura e identidade quilombola, contribuindo para a produção de conhecimento. Na comunidade, a infância desenvolve-se através de diversos modos de socialização e interações que moldam sua identidade e compreensão do mundo. Nesse sentido, a relação com o território e a participação nos itinerários terapêuticos são fundamentais nesse processo, servindo como espaços de aprendizado e formação identitária. Nestes ambientes, as crianças não apenas adquirem conhecimento, mas também constroem referências as quais ajudam a definir quem são, desenvolvendo uma consciência crítica em relação ao seu entorno e à sociedade em geral.

Além disso, a formação da identidade das crianças quilombolas é profundamente enraizada no contato direto, com a terra e os animais, na responsabilidade que assumem na preservação das plantas do quintal e nas interações que estabelecem com seus pares e adultos. Na vivência da infância dentro da comunidade, elas têm a oportunidade de se perceberem como agentes importantes na transformação da sociedade. Outrossim, compreendem o valor de suas contribuições para a preservação e resistência dos modos de vida quilombolas, reconhecendo- se como elementos fundamentais nesse processo.

Ao reconhecer a criança como um agente social ativo, a comunidade quilombola defende o direito delas de compreenderem sua realidade e de desempenharem papéis protagonistas na criação cultural de seu ambiente. Nessa ótica, isso não somente fortalece suas tradições, mas também preserva as práticas ancestrais, sem, contudo, retirar delas sua essência infantil. As crianças quilombolas – como seus pares em outros contextos – frequentam a escola, brincam e recebem orientações dos adultos, mantendo-se integradas à vida comunitária.

Feitas essas considerações, este estudo revela a diversidade da infância: as experiências das crianças estão intrinsecamente ligadas às particularidades de seu ambiente social, no caso, uma comunidade popular, rural e quilombola. Os pequenos moldam seu cotidiano na comunidade, evidenciando, outrossim, sua inserção em uma variedade de contextos sociais, desde a interação na escola e com amigos até às responsabilidades

domésticas, cuidado com os animais e participação em iniciativas de saúde. Elas descrevem, pois, suas atividades com entusiasmo, demonstrando a satisfação em contribuir com o trabalho familiar. Dessa maneira, percebemos que a participação ativa das crianças em diversas esferas da comunidade promove sua autonomia e habilidade de organização, preparando-as para uma maior capacidade de mobilização e integração social.

Com base nessas reflexões, afirmamos que a comunidade quilombola é conceituada como um ambiente que investe no desenvolvimento infantil, reconhecendo as crianças como agentes fundamentais para a transformação social. As crianças quilombolas têm suas habilidades e potenciais infantis valorizados, sendo que sua imaginação, atividades lúdicas e vitalidade são características que contribuem significativamente para a construção de conhecimento dentro da comunidade. Enquanto um discurso contemporâneo muitas vezes posterga o papel da criança para o futuro – considerando-a como o "futuro da humanidade" –, a comunidade quilombola reconhece que a infância é um momento de participação ativa no presente, sem necessidade de esperar que ela se torne adulta para contribuir e ser valorizada.

Por fim, ao estudar a infância dentro do contexto da comunidade quilombola Poços-do- lunga, foi possível obter uma compreensão mais ampla das diferentes formas de participação social da criança, evidenciando, assim, que seu papel na sociedade não é algo inerente ou fixo. Além disso, essa pesquisa destacou a importância do modo de vida das crianças quilombolas, mostrando como a gratuidade da infância manifesta-se em suas práticas cotidianas. Nessa perspectiva, um aspecto socialmente relevante dessa abordagem foi o empoderamento das crianças, que não foram tratadas como vítimas ou sujeitos passivos, como frequentemente acontece em estudos de Psicologia, mas sim como indivíduos ativos na sociedade, capazes de produzir cultura e interpretar e significar o mundo de maneira própria, que é tão legítima quanto a visão adulta da realidade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMARAL, Inajara Erthal. *Deslocamentos da infância*: utopia do infantil em Georges Perec. 2018. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicanálise) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, Carolina Ventura Cavalcante. *Ervas, rezas e resistência*: natureza e suas implicações nas práticas de cuidado produzidas em comunidades quilombolas. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Palmeira dos Índios, 2023.

BATISTA, Leônia Letícia Nascimento. *Infâncias negras e genocídio*: uma análise da realidade Brasileira. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa de Brasil de 1988*. Brasília: DF, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm0. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1990. Disponível em: https://cutt.ly/yECVBmB. Acesso em: 04 jan. 2024.

CARNEIRO, Ana Carolina Rocha. Infância e diversidade cultural: uma reflexão sobre o filme “Babies. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 316-325, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2014n30p116. Acesso em: 14 fev. 2024.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa; MINELLA, Luzinete Simões. Infâncias Decoloniais, Interseccionalidades e Desobediências Epistêmicas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 99-117, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43661/24894. Acesso em: 22 fev. 2024.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

FANON, Fratz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Ana Lucia Goulart. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para

uma pedagogia da educação infantil. *In*: FARIA, Ana Lucia Goulart; PALHARES, Marina Silveira. *Educação Infantil PósLDB*: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados, 2003.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; ARAÚJO, Saulo de Freitas. Da invenção da infância à psicologia do desenvolvimento. *Revista Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 3-12, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v3n2/v3n2a02.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

FERNANDES, Maria Lidia Bueno. Os conceitos de vivência e reelaboração criadora para as crianças de uma comunidade quilombola. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Colombia, v. 16, n. 1, p. 213-226, 2018. Disponível em: https://revistaumanizales.cinde.org.co/rlcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3109/942. Acesso em: 25 fev. 2025.

FERNANDES, Saulo Luders; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; PARRA VALENCIA, Liliana. Identidade Quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no Agreste de Alagoas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 25, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/HQ9q3vV8g3GmkDxDmVjpM6k/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 nov. 2023.

FERNANDES, Saulo Luders; MUNHOZ, Julia Minossi. Políticas públicas quilombolas e produções identitárias: percursos históricos e conflitos políticos. *In*: LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. *Psicologia e contextos rurais*. EDUFRN: Natal, 2013.

FERNANDES, Saulo Luders; SANTOS, Alessandro Oliveira dos. Itinerários terapêuticos e formas de cuidado em um quilombo do agreste alagoano. *Psicologia*: ciência e profissão, Brasília, v. 39, p. 38-52, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/NnKPPcZyrp6gV3zX9rrybGD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 mar. 2024.

FERNANDES, Saulo Luders. *Itinerários terapêuticos e política pública de saúde em uma comunidade quilombola do agreste de Alagoas, Brasil*. 2016. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2016.

GONÇALVES, Josimere Serrão; FEITOSA, Maria Antonia Paixão. Descolonizar já: pontos em debates sobre o epistemicídio. *Complexitas*, Belém, v. 4, n. 2, p. 40-47, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/8054. Acesso em: 24 fev. 2024.

KRENAK, Ailton. *Caminhos para a cultura do bem viver*. Rio de Janeiro: Cultura do bem viver, 2020.

LIMA JÚNIOR, Marcelo Alves; SANTOS, Paloma Nascimento dos; NETO, José Euzebio Simões. Saberes e sabores: relação entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos na produção do bolo de puba no Quilombo da Matinha-BA. *In*: *Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93298. Acesso em: 02 fev. 2024.

LINS, Samuel Lincoln Bezerra *et al*. A compreensão da infância como construção

sócio- histórica. *CES Psicología*, Medellín, v. 7, n. 2, p. 126-137, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802014000200010. Acesso em: 20 jan. 2024.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. *In*: *Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*. Belém, 2006. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografi acultural/120.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Wanderson Flor; RUFINO, Luiz. In memoriam: "O fundamento é a roça" Antônio Bispo dos Santos (1959-2023). *Anãnsi*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 323-328, 2023. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/19430/13027. Acesso em: 23 jan. 2024.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 1-22, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/s6MZxwSx8PGL9hppMfP6FPF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 fev. 2014.

NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infancialização, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. *Childhood & philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 625-644, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/childphilo/v14n31/1984-5987-childphilo-14-31-00625.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a infância: a Lei 10.639/03 numa perspectiva afrocentrada. *Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 77-92, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufrrj.br/index.php/repecult/article/view/542/542. Acesso em: 25 jan. 2024.

NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, Brasília, n. 31, p. 53- 70, 2019a. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28256/24239. Acesso em: 13 mar. 2024.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento-Diálogos em Educação*, Rio Grande - RS, v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019b. Disponível em: https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806/5769. Acesso em: 14 mar. 2024.

PEREIRA, Bárbara Elisa; NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. De objetos a sujeitos de pesquisa: contribuições da sociologia da infância ao desenvolvimento de uma etnografia da educação de crianças de populações tradicionais. *Educação*: teoria e prática, São Paulo, v. 21, n. 36, p. 138-156, 2011. Disponível em: Acesso em: http://educa.fcc.org.br/pdf/eduteo/v21n36/v21n36a09.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: UBU Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos*: modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos; MAYER, Joviano. Início, meio, início: conversa com Antônio Bispo dos Santos. *Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 52-69, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26241. Acesso: 05 mar. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos; SILVA, Gilvânia Maria da. Fuga, escola e oráculo. *In*: FONSECA, Cacá *et al*. *Composto escola*: comunidades de sabenças vivas. São Paulo: N-1 Edições, 2022. p. 75-104.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 12, p. 44 - 51, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5120556/mod_resource/content/1/BISPO-DOS-SANTOS_Somos%20da%20terra%20-%20Piseagrama.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

SILVA, Nataly Luana. *Infância no movimento dos trabalhadores rurais sem terra*: uma análise discursiva sobre o sem terrinha como ator social. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Palmeira dos Índios, 2015.

SOUZA, Lauro Nascimento de *et al*. Práticas de cuidado em saúde com crianças quilombolas: percepção dos cuidadores. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1-10, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/CFzVggPZqD9YN6zz96NRH9r/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2024.

SOUZA, Priscilla Santos de. Colonialismo e os efeitos do sofrimento sociopolítico: aquilombamento como estratégia de organização. *In*: LANARI, Laura; SANTOS, Kwame Yonatan Poli dos (Orgs.). *Saúde mental, relações raciais e Covid – 19*. São Paulo: Fundação Baobá, 2020. p. 57-64.

SOUZA, Suzy Anne Lopes; SILVEIRA, Lia Márcia Cruz. (Re)conhecendo a escuta como recurso terapêutico no cuidado à saúde da mulher. *Revista Psicologia e saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 19-42, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v11n1/v11n1a02.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.

SPINDOLA, Arilma Maria de Almeida. *A cultura da criança quilombola: leitura referenciada em estudo, relatos orais e imagens*. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 2007.

TOUTONGE, Eliana; FREITAS, Maria Natalina Mendes. As crianças e a natureza em contextos rurais amazônicos. *Revista Exitus*, Santarém, v. 12, p. 1-25, 2022. Disponível em:

https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1693/1071. Acesso em: 12 fev. 2024.